

O BRASIL DAS PROFECIAS
2003/2063 - OS ANOS DECISIVOS

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOÃO GILBERTO PARENTI COUTO

O BRASIL DAS PROFECIAS

2003/2063 - OS ANOS DECISIVOS



Copyright © 2008 by João Gilberto Parenti Couto

Todos os direitos reservados

email: jgparenti@botmail.com

Formatação

Elizabeth Miranda

Revisão:

Ana Emília de Carvalho

capa:

Túlio Oliveira

*Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.*

C871b Couto, João Gilberto Parenti.
O Brasil das Profecias 2003/2063 : os anos decisivos /
João Gilberto Parenti Couto. – Belo Horizonte: Mazza
Edições, 2008.

1. Ensaaios brasileiros. I. Título.

CDD: B869.43

CDU: 869.0(81).4

Mazza Edições Ltda.

Rua Bragança, 101 – Bairro Pompéia – *Telefax:* (31) 3481-0591

30280-410 Belo Horizonte – MG

e-mail: edmazza@uai.com.br

mazzaedicoes.com.br

SUMÁRIO

Prefácio	9
Introdução	11

PARTE I

Capítulo 1

As Profecias de Dom Bosco	29
Um Sonho de Dom Bosco	30
Dom Bosco Sonhou Brasília?	33
Outras profecias sobre Brasília	38
A Realização das Profecias	39

Capítulo 2

A Saga dos Emigrantes	42
A Geração Excluída (1823/1883)	42
A Primeira Geração (1883/1943)	42
A Segunda Geração (1943/2003)	43
A Terceira Geração (2003/2063)	43
Carta de 16 de setembro de 2007	48
Identidade Cultural	51

Capítulo 3

A Ferrovia de Dom Bosco	54
O Eixo Central	54
A Via Leste	57
A Variante “A”	59
A Variante “B”	60

Capítulo 4

A Ocupação do Território	62
Migrações e Desenvolvimento	62
As Reservas Indígenas	63
O Papel das Forças Armadas	64
A Mineração	65
A Gestão das Florestas Públicas	66
A Ferrovia como Instrumento de Proteção das Florestas	67
As Hidrelétricas	68
A Indústria Moveleira	69

PARTE II

Capítulo 5

A Preservação do Meio ambiente e a Produção de Alimentos	75
O Meio Ambiente	75
A Produção de Alimentos	76
A Produção de Biocombustíveis	78
As Usinas da Miséria	81
A Ação dos Especuladores em <i>Commodities</i>	82
As Terras Agricultáveis e o Cultivo da Cana	84
O Avanço da Cana sobre o Pasto	86
Os Recursos Hídricos e os Biocombustíveis	87
A Indústria Automobilística e o Uso Racional de Energia	89
As Novas Tecnologias e a Produção de Biodiesel	91

Capítulo 6

Gerenciamento dos Recursos Hídricos	93
O Uso Racional dos Recursos Hídricos	93

A Transposição do Rio São Francisco	94
Carta ao Presidente da República	94
Carta aos Senadores	96
Carta ao Deputados Federais	97
A Destruição das Matas Ciliares	98
Carta à Ministra do Meio Ambiente	98
Projeto de Recuperação de Matas Ciliares	101
A Recuperação das Matas Ciliares e a Emissão de Gás Carbônico.....	102
O Inventário das Águas	104
O Saneamento Básico	104
A Importância Estratégica dos Recursos Hídricos	106
O Degelo do Ártico	107

Capítulo 7

A Defesa do Tríplice Ecossistema Sul-americano	109
A Bomba Atômica como Arma de Defesa	109
Os Batedores Mercenários do Século XXI	110
O Instituto de Pesquisa do Tríplice Ecossistema	113
Geopolítica Continental	115
Carta ao Vice-Presidente da República	116
A Amazônia Azul	118
Planejamento Estratégico – A Defesa do Atlântico Sul	121
A Defesa do Espaço Exterior	124
A Síndrome do Sapo Fervido	128
Referências Bibliográficas	130
O Autor	131

PREFÁCIO

**“Oh! Bendito o que semeia
Livros... livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n’alma
É germe – que faz a palma,
É chuva – que faz o mar.”**
Castro Alves

Esta obra foi elaborada com base em diversos livros que publiquei entre 1996 e 2007, listados na biografia, nos quais abordei a realidade brasileira tendo como fonte principal notícias da imprensa sobre o nosso cotidiano, razão porque são citadas com frequência no texto. Esses livros foram distribuídos entre políticos, governantes, empresários, setores da mídia, magistrados das cortes superiores, universidades, colégios, inclusive militares, e bibliotecas de todo o País, não chegando, portanto, às livrarias.

Esta insistência em dirigir-me a um público específico, por meio de livros e cartas, com críticas e sugestões, algumas das quais reproduzidas nesta obra, foi a maneira que encontrei para manifestar minha inconformidade com a situação política, econômica e social que se instalou no País desde que o ex-Presidente Itamar Franco passou o governo ao seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, e este à Lula; e minha confiança, com base nas profecias, de que o Brasil, entre 2003 e 2063, passará por um processo de mudanças estruturais que o colocará como potência de primeira linha no concerto das nações.

Estes anos, portanto, serão decisivos para o destino do País, como indicam as previsões otimistas sobre nosso futuro, expressas em fatos e profecias, com destaque para o sonho visionário de Dom Bosco. Contudo, ao lado desses eventos alvissareiros, existem questões estruturais pendentes de soluções – tratadas nesta obra – que precisam ser repensadas para que tais augúrios se tornem realidade, pois o futuro se constrói no presente, e nada acontecerá por obra do acaso, passo de mágica, coisas do destino, ou fatalidade histórica, mas sim pelo trabalho constante e determinação para alcançar objetivos bem definidos. Como reza a sabedoria popular, *Deus provê, mas não encarreira.*

INTRODUÇÃO

As Profecias

O Brasil, se levarmos em conta os fatos ligados à sua história, parece ser um país marcado para ser uma nova Canaã, terra onde mana leite e mel, pois, além da bíblica *terra prometida*, é o único território cuja ocupação foi precedida de sinais e procurado por povos peregrinos que ansiavam por uma *terra abençoada* e cuja posse foi assegurada por promessas divinas. No caso da terra de Canaã, este compromisso está no livro do *Gênesis* (Gn 12, 1-9) e, no que diz respeito à *Terra Brasilis*, a partilha foi referendada pelo Tratado de Tordesilhas e sacramentada pela bula do Papa Júlio II, investido de poderes celestiais (Mt 16, 18-19). Em ambos os casos, os novos posseiros portavam *bandeiras* que os identificavam, como está registrado no *Livro dos Números* (Nm 2) e nos anais da história do Brasil.

Do livro *A viagem do Descobrimento* (BUENO, 1998), extraímos os seguintes trechos para que tal colocação seja bem compreendida:

Os indígenas, com os quais Nicolau Coelho travou o primeiro contato, eram, se saberia mais tarde, da tribo tupiniquim. Pertenciam à grande família Tupi-Guarani que, naquele início do século XVI, ocupava praticamente todo o litoral do Brasil. Os tupiniquins eram cerca de 85 mil e viviam em dois locais da costa brasileira: no sul da Bahia, da altura de Ilhéus até a foz do rio Doce (já no atual estado do Espírito Santo), e numa estreita faixa entre Santos e Bertioga, no litoral norte de São Paulo. Como os demais tupis-guaranis, tinham chegado às praias do Brasil

movidos não apenas por um impulso nômade, mas por seu envolvimento em uma ampla migração de fundo religioso. Partindo de algum ponto da bacia do rio Paraná, no território hoje ocupado pelo Paraguai (ainda que alguns estudiosos acreditem que o movimento talvez tenha começado na Amazônia), os tupis-guaranis iniciaram uma longa marcha em busca da *Terra Sem Males*. Liderados por *profetas* – chamados de Caraíbas –, eles haviam chegado à costa brasileira ao redor do ano 1000 da Era Cristã (p. 91).

A ilha do Brasil, ou ilha de São Brandão, ou ainda Brasil de São Brandão, era uma das inúmeras ilhas que povoam a imaginação e a cartografia européias da Idade Média, desde o alvorecer do século IX. Também chamada de “Hy Brazil”, essa ilha mitológica, “ressonante de sinos sobre o velho mar”, se “afastava” no horizonte sempre que os marujos se aproximavam dela. Era, portanto, uma ilha “movediça”, o que explica o fato de sua localização variar tanto de mapa para mapa. Segundo a lenda, Hy Brazil teria sido descoberta e colonizada por São Bernardo, um monge irlandês que partiu da Irlanda para alto-mar no ano de 565. Como São Bandão nascera em 460, ele teria 105 anos quando iniciou sua viagem. O nome “Brazil” provém do celta bress, que deu origem ao verbo inglês to bless (abençoar). Hy Brazil, portanto, significa “Terra Abençoada”. Desde 1351 até pelo menos 1721 o nome Hy Brazil podia ser visto em mapas e globos europeus, sempre indicando uma ilha localizada no oceano Atlântico. Até 1624, expedições ainda eram enviadas à sua procura (p. 13).

Mas para todos os efeitos legais, essa mitológica ilha já havia sido “achada” pelos portugueses em 1500, que a batizaram de “Ilha de Vera Cruz” – Cabral, ao avistá-la, chamara-a de “Terra de Vera Cruz” –, posteriormente rebatizada de “Terra de Santa Cruz”. O duplo nome atribuído à nova terra tem ligação com sua dupla unção batismal, pois a primeira missa foi celebrada numa ilha (Coroa Vermelha), no dia 26 de abril (domingo da Pascoela), e a segunda, no continente, no dia 1º de maio. O rito

de sacração da nova terra está descrito em detalhes na carta que Pero Vaz de Caminha enviou ao rei de Portugal. Este documento, único na literatura universal, e que todo brasileiro deveria ter uma cópia, representa na verdade a Certidão de Nascimento do Brasil, pois foi lavrada por um funcionário público no desempenho de suas funções. Nela é narrado, passo a passo, tudo o que se passou a partir de 21 de abril, quando se notou os primeiros sinais de terra, as algas chamadas de botelho e rabo-de-asno, até o dia 1º de maio, quando foi celebrada a missa no continente e encerrada a missão do “achamento”. Pelos trechos seguintes, extraídos dessa carta, pode-se notar o quanto o sagrado prevaleceu sobre o profano nesses dias cerimoniais, quando a deposição de armas e o desarmamento de espíritos assinalaram o encontro pacífico entre povos belicosos, renunciando assim a vocação brasileira de integrar raças diferentes em um convívio harmonioso, no qual a miscigenação será seu traço mais marcante. A narrativa da segunda missa exemplifica o espírito de paz e confiança mútua, reinantes nesse encontro entre povos de formação e origens diferentes, e da própria humanidade com suas raízes. Na realidade, o que os portugueses encontraram foi o *paraíso perdido*, ainda intacto e habitado pelos filhos de Adão e Eva sem vestígios da queda; portanto, um convite à miscigenação, a qual foi praticada sem muita hesitação, tornando o Brasil um caso singular na história universal.

Narra Caminha (TUFANO, 1999):

Plantada a cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiramente lhe pregaram, armaram um altar ao pé dela. Ali disse missa o padre Henrique, a qual foi cantada e oficiada pelos religiosos e sacerdotes. Ali na missa estiveram conosco cerca de cinqüenta ou sessenta deles, que ficaram de joelhos, assim como nós. E quando se chegou ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco e alçaram as mãos, ficando assim até que se acabasse; e então

tornaram-se a assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram todos assim como nós estávamos, com as mãos levantadas e em tal maneira sossegados, que, certifico a Vossa Alteza, nos fez muita devoção (p. 56).

“[...] Acabada a pregação, como Nicolau Coelho trouxesse muitas cruzes de estanho com crucifixos, que lhe ficaram ainda da outra viagem (alusão à viagem de Vasco da Gama às Índias, em 1498, da qual Nicolau Coelho participara), decidimos colocar uma no pescoço de cada um. Para isso, o padre frei Henrique se assentou ao pé da cruz e ali passou a colocar no pescoço de cada um deles uma cruz atada em um fio, fazendo que primeiro a beijassem e levantassem as mãos. Muitos vieram e foram assim colocadas todas as cruzes, umas quarenta ou cinqüenta.” (p. 58).

Pelo que se deduz dessa cerimônia, não só a nova terra foi consagrada a Deus, mas seus habitantes também o foram, tudo sob um céu onde uma grande cruz presidia esse ritual cheio de significado, a qual, nessa ocasião, fora batizada por Mestre João, o astrônomo da missão, como informa Bueno (1998, p. 105): “De fato, naquela noite, ao observar as estrelas do Hemisfério Sul, Mestre João chamaria sua principal constelação de *Cruzeiro do Sul*”. Tais acontecimentos indicam também que tanto o continente como a plataforma continental brasileira foram abençoados em nome de um Deus que presidiu a conquista dos portugueses, congregados que estavam na *Ordem de Cristo*, sob cujo pavilhão e símbolo tomaram posse da nova terra, em uma ilha (Coroa Vermelha) situada na faixa de Dom Bosco (15/20° S), onde foi celebrada a primeira missa.

De acordo com Pero Vaz de Caminha (TUFANO, 1999):

“No domingo da Pascoela, pela manhã, determinou o Capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. Mandou a todos os capitães que se arrajassem nos batéis e o acompanhassem. E assim foi feito [...] Naquele ilhéu, mandou armar um pavilhão e, dentro dele, um altar muito bem preparado. E ali, na presença de todos, mandou rezar missa, a qual foi rezada pelo padre frei

Henrique, em voz entoada, e acompanhada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes. A missa segundo meu parecer, foi ouvida por todos, com muito prazer e devoção. O Capitão estava com a bandeira da Ordem de Cristo, com a qual saiu de Belém. Ela esteve sempre levantada, da parte do Evangelho.” (p. 38-39).

Contrastando com essa estada tranqüila e a perenidade do símbolo que marcou o nascimento de uma nação predestinada, a constelação do Cruzeiro do Sul, a continuação da viagem dos portugueses ao Oriente foi atribulada e assinalada pela fugaz passagem de um cometa, como informa um dos tripulantes da esquadra cabralina (relação do piloto anônimo): “Aos 12 dias do dito mês de maio, apareceu em nosso trajeto, rumando em direção à Arábia, um cometa com uma cauda muito comprida, que nos acompanhou durante oito ou dez noites”.

A simbologia dos eventos que marcaram a rápida passagem (Páscoa) dos portugueses pela *Terra Brasilis*, que teve início no Bairro de Belém em Lisboa, com um ritual de bênção da bandeira da Ordem de Cristo, e término nas costas brasileiras, após uma travessia que durou toda uma quaresma (*Tempo de Penitência* – quarenta dias que representam os 40 anos da caminhada dos hebreus pelo deserto), pode ser resumida num ato singelo: a distribuição aos nativos da nova terra das “muitas cruzes de estanho com crucifixos”, portadas por Nicolau Coelho. Se essas cruzes sobraram no Oriente, onde não prosperaram, aqui, ao contrário, foram todas plantadas e produziram abundantes frutos, tornando o Brasil a maior nação cristã do mundo.

Concluindo, é bom lembrar que a primeira missa não foi celebrada no continente e sim no seu vestíbulo, o Ilhéu de Coroa Vermelha, onde foi desfraldada a bandeira da Ordem de Cristo, e a segunda, no continente, onde foi plantada a Cruz de Cristo, reproduzindo assim o ritual de sagração da *Terra de Canaã*, ocorrida por ocasião da viagem dos israelitas pelo deserto (*Êxodo*)

e a parada que aí fizeram para serem purificados, antes de entrarem nessa *Terra Prometida*. Este ritual está simbolizado nas duas *tendas* erguidas no deserto (Hb 9, 1-5), onde um vestíbulo, “o Santo” (primeira tenda, onde se encontrava o candelabro), precedia “o Santo dos Santos” (segunda tenda, abrigo da arca da aliança), e repetido com os mesmos detalhes no Templo de Jerusalém e nas igrejas católicas. Esse duplo ritual de sagração se repetiu também por ocasião da construção de Brasília, quando foram celebradas duas missas. A primeira, no “deserto”, a pedido de Bernardo Sayão (vide capítulo 1), e a segunda, “oficial”, na inauguração da cidade, a mando do seu construtor-mor, o Presidente Juscelino Kubitschek.

O Armagedon

A história do Brasil apresenta, além desses fatos, uma série de eventos premonitórios que precisa ser analisado no contexto das profecias. Segundo Couto (2000), o Brasil deve repensar as crises políticas pelas quais passou desde que foi declarada a Independência, para evitar a repetição de erros do passado e se posicionar como nação líder na defesa da democracia e dos interesses dos países sul-americanos. Como se pode ver na Figura 1, esse período histórico é marcado por uma série de crises políticas que encontram seu termo em 2002 com a celebração de um novo pacto social; previsão esta confirmada pela vitória dos trabalhadores nas eleições desse ano. Além disso, a troca de comando no mundo político em 2003, coincide com o início do processo de construção de uma nova era para o Brasil, e para a América do Sul, profetizada por Dom Bosco, que se estenderá até 2063, como será visto nos capítulos que se seguem. Antes, porém, é preciso tecer algumas considerações sobre o fim do

mundo previsto por Isaac Newton para 2060, pois este evento apocalíptico, levando-se em conta as profecias de Dom Bosco, não afetará a América do Sul, ficando restrito ao Velho Mundo.

Conforme noticiou o Jornal *Estado de Minas* (18/6/2007, p. 16): Isaac Newton, um dos cientistas mais influentes de todos os tempos, previu o fim do mundo para 2060, segundo manuscritos do famoso físico apresentados ontem pela Universidade Hebraica de Jerusalém. Os documentos, herdados pela universidade de um colecionador, são exibidos ao público pela primeira vez desde 1969 na exposição *Os segredos de Newton*. Numa carta datada de 1704, Isaac Newton, físico e astrônomo inglês que era interessado em teologia e alquimia, fez um cálculo baseado num fragmento da *Bíblia*, retirado do *Livro de Daniel*. Segundo ele, 1.260 anos se passariam entre a refundação do Santo Império Romano por Carlos Magno, no ano 800, e o final dos tempos. Nascido em 4 de janeiro de 1643, em Woolsthorpe, Inglaterra, e considerado o pai da matemática moderna, Newton acreditava que a *Bíblia* era a chave para as leis “secretas” que Deus havia estabelecido para o universo, e indicava também a data da segunda vinda de Cristo à Terra e a do fim do mundo. Por isso, dedicou boa parte de sua vida a tentar decifrar o código em que ela teria sido escrita. Ele morreu em Londres, em 31 de março de 1727. A previsão de Newton já havia sido divulgada em 2003, no documentário *Newton: the dark heretic*, produzido pela britânica BBC a partir dos estudos de Stephen Snobelen, professor de história da ciência da Universidade de King’s College, no Canadá, um dos maiores especialistas em Newton do mundo. Foi Snobelen quem descobriu o documento original em que o cientista faz a previsão. Newton afirmou que os dramáticos acontecimentos descritos no *Livro das revelações*, inclusive a terrível batalha do Armagedon, entre o bem e o mal, aconteceriam em 2060. Na época da exibição do documentário, seu produtor, Malcolm Neaum, declarou “Newton rezava diariamente pelo fim do mundo, que, para ele, precederia a segunda vinda de Cristo”.

FIGURA 1
AS CRISES POLÍTICAS DO BRASIL INDEPENDENTE
(SEGUNDO COUTO, 2000)

CRISES	CAUSAS		AGENTES DO PROCESSO	ATORES EXTERNOS
	EFEITOS			
INTERVALOS				
1	1792	INCONFIDÊNCIA MINEIRA	ELITE	REVOLUÇÃO FRANCESA
	1822	INDEPENDÊNCIA	ELITE	CORTE PORTUGUESA
66/67 ANOS				
2	1888	ABOLIÇÃO	ELITE	
	1889	REPÚBLICA	ELITE/MILITARES	
40/41 ANOS				
3	1929	BOLSA	CRISE GLOBAL	ESPECULADORES
	1930	REVOLUÇÃO	ELITE DIVIDIDA/ FACÇÕES MILITARES	
24/34 ANOS				
4	1954	SUICÍDIO DE VARGAS	ELITE/MILITARES	CAPITAL ESTRANGEIRO
	1964	DITADURA MILITAR	MILITARES/ELITE CLASSE MÉDIA	GOVERNO AMERICANO
9/21 ANOS				
5	1973	PETRÓLEO	CRISE GLOBAL	OPEP
	1985	REDEMOCRATIZAÇÃO	ELITE/ CLASSE MÉDIA	
7/9 ANOS				
6	1992	IMPEACHMENT DE COLLOR	ELITE/ CLASSE MÉDIA	
	1994	criação do Real	ELITE/ CLASSE MÉDIA	
3/8 ANOS				
7	1997	BOLSA	CRISE GLOBAL	ESPECULADORES
	2002	NOVO PACTO SOCIAL	CLASSE MÉDIA/ EXCLUÍDOS	

Essa ansiedade de Newton, e de outros personagens modernos, foram profetizadas por Isaías (Is 5, 19-22): “Dizem ‘que Deus ande depressa! Faça logo o que tem a fazer, para que a gente possa ver! E comecem logo a realizar os planos do Santo de Israel, para a gente ficar sabendo!’”. Na atualidade quem está trabalhando para antecipar esses acontecimentos, para dele tirarem o melhor proveito, são o presidente dos EUA, George Bush, os judeus e certos cristãos americanos, que querem vivenciar o Armagedon. No caso do Presidente Bush, esse empenho visa dominar os campos petrolíferos do Oriente Médio e da Ásia Central; empreitada que parece estar dando certo, considerando a guerra contra o Iraque e a ameaça de estendê-la ao Irã, o que acabará por mergulhar essas regiões num vórtice de fogo, cujo desfecho Newton calculou para 2060. Esses acontecimentos foram denunciados por Gore Vidal, para quem Bush “está engajado numa Guerra Santa”, como disse em entrevista à jornalista Tina Evaristo, publicada pelo Jornal *Estado de Minas*, sob o título *Prenúncio do Armagedom* (número especial, 6/4/2003, p. 6):

Direto, provocador e polêmico. Essas são algumas características de Gore Vidal, de 77 anos, um dos maiores escritores norte-americanos da atualidade e crítico do expansionismo de seu país. Depois das eleições de 2000, não hesitou em declarar que Geoge W. Bush roubou o assento na Casa Branca e transformou o governo da nação mais poderosa do mundo numa junta de mercenários belicosos, cujo principal objetivo é roubar o petróleo do Oriente Médio a qualquer custo. A guerra ao terrorismo e a caça a Bin Laden, afirma, não passaram de pretextos para as invasões do Afeganistão e do Iraque. Dono de uma fina ironia, Vidal destaca que Bush também está engajado numa Guerra Santa. Na visão do escritor, o conflito pelo petróleo é também uma guerra por Jesus. Ele diz que a “*junta Bush*” – assim batizada por ele – é integrada por fanáticos religiosos que, além do petróleo, buscam o Armagedon. Numa

mistura de referências políticas e religiosas – quase sempre presentes em suas obras –, o escritor passa a idéia de que o presidente dos Estados Unidos quer antecipar a batalha Final dos Tempos por se considerar, ele próprio, o exército de Jesus. “Bush não está interessado no futuro do planeta porque sua crença lhe dá a certeza de que, se destruir o mundo, ganhará a plenitude celestial”, disse Vidal, que não descarta a hipótese de que a “junta” tenha intenções de dominar o mundo, mas antecipa que esses planos serão frustrados por falta de recursos financeiros, já que o presidente e seus aliados estão conduzindo o país à falência.

Mas as investidas do Presidente George Bush em direção do Armagedon não param por aí e já atinge a Rússia, que se prepara para esse enfrentamento, como comenta o editorialista do Jornal *Estado de Minas* (6/6/2007, p. 10):

“De sua parte, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, que já tem o apoio da China, quer discutir a questão dos mísseis balísticos que os EUA pretendem instalar na República Tcheca e na Polônia, como anteparo a possível ameaça do Irã. Putin tem repetido que o governo Bush está desencadeando uma nova guerra fria, que terminou com a dissolução da União Soviética em 1991. [...] O governo soviético confirmou que apontará seus mísseis para a Europa e vai dizer ao presidente Bush que será em resposta à nova posição americana. Quer dizer: mísseis por mísseis, a Rússia responde com a mesma moeda, tendo qualificado a intenção de Washington de Imperialista”.

A razão dessa rixa está na disputa pelo domínio de campos petrolíferos, conforme ressaltou o jornalista Dídimo de Paiva (COUTO, 2006, p. 223):

Está em jogo uma tese que o polonês-norte-americano Zbigniew Brzezinski (assessor para assuntos de Segurança Nacional do governo Jimmy Carter) traçou em 1997: os EUA devem controlar a rota do petróleo, especialmente as repúblicas

soviéticas da Ásia Central, chamadas de “repúblicas do stão”: Turcomenistão, Tadjiquistão, Uzbequistão e Quirquistão, argumentando que elas são ambicionadas pela Rússia, Turquia e Irã, sem esquecer a China. Bush encampou a velha tese revivida por Brzezinski desde a criação do Clube de Roma (1970): quem tiver o domínio do petróleo e do gás do Mar Cáspio mandará no mundo. O grupo Bush/Cheney/Rumsfeld/Wolfowitz afirma que, desde que os continentes começaram a interagir (há 500 anos), a Eurásia tem sido o centro do poder mundial.

Dando prosseguimento a essa estratégia, os Estados Unidos, em meados de 2007, anunciaram um plano decenal de vendas de armas sofisticadas para Israel, Arábia Saudita e Egito, totalizando cerca de 60 bilhões de dólares para, segundo dizem, fazerem frente às ameaças do Irã. Na verdade, essa manobra visa atizar a corrida armamentista no Oriente Médio, com vistas a elevar as tensões aí existentes a níveis insuportáveis e tornar inevitável um confronto bélico, o qual ensejaria a oportunidade para uma intervenção militar maciça dos Estados Unidos na região e na Ásia Central, o objetivo geopolítico principal. Já se preparando para essa empreitada, o presidente Bush já fala em Terceira Guerra Mundial, como informa o *Jornal Estado de Minas* (18/10/2007, p. 22):

O presidente George W. Bush afirmou em entrevista coletiva, ontem, que os líderes mundiais precisam impedir o Irã de obter armas nucleares se quiserem evitar uma terceira guerra mundial. “Temos um líder que anunciou que deseja destruir Israel. Então digo às pessoas que, se vocês estiverem interessados em evitar uma terceira guerra mundial, me parece que vocês devem impedir que (os iranianos) tenham conhecimento necessário para fabricar a arma nuclear”, afirmou ele.

O porta-voz oficial do governo do Irã, Aiatolá Ahmad Khatami, em resposta a essa declaração do presidente norte-americano, disse que “os EUA preparam o terreno para uma terceira guerra mundial”, acusando os EUA de terem planos expansionistas (*Jornal Estado de Minas*, 21/10/2007, p. 14).

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, por sua vez, não deixou por menos, ao responder perguntas de cidadãos russos sobre questões estratégicas de seu país, e das ameaças de **uma Terceira Guerra Mundial**, feitas pelo presidente dos Estados Unidos, como noticiou o Jornal *Estado de Minas* (19/10/2007, p. 22):

“E aproveitou a ocasião para reagir às declarações do presidente George W. Bush, feitas no dia anterior, em Washington, de que o Irã, se lhe for permitido alcançar a tecnologia para produção de armas nucleares, poderá desencadear uma terceira guerra mundial. Durante o programa, Putin disse que, em certos aspectos, a Rússia e o Iraque se parecem, porque são países cobiçados pelas potências ocidentais por causa de suas imensas reservas de hidrocarbonetos. Mas as semelhanças ficam por aí. [...] Respondendo a uma pergunta de um cientista russo sobre a cobiça que existe em torno das imensas reservas de petróleo e gás da Rússia, Putin disse que ‘este tipo de idéia circula na cabeça de alguns políticos’ do Ocidente. [...] ‘O melhor exemplo são os fatos no Iraque, um país que tinha problemas para se defender e que tinha enormes reservas de petróleo’, afirmou. ‘E o que aconteceu? Vimos Bem. Eles (os americanos) aprenderam a disparar. Mas por enquanto não conseguiram instaurar a ordem. E há poucas possibilidades de que consigam, porque combater contra um povo é um objetivo absolutamente sem futuro. A Rússia, graças a Deus, não é o Iraque. A Rússia tem meios e força suficientes para se defender e defender seus interesses’. [...] Em resposta a um soldado que serve no Cosmódromo de Plesetek, no extremo norte, onde horas antes havia sido testado um míssil de longo alcance, Putin disse que os planos de defesa incluem uma nova tecnologia de armamentos nucleares. ‘Vamos desenvolver uma tecnologia de mísseis que inclua complexos (nucleares) estratégicos completamente novos. O trabalho continua, e com sucesso. Não só vamos dar atenção a toda a tríade nuclear – forças estratégicas de foguetes, aviação estratégica e a frota de submarinos nucleares – como também a outros tipos de armas’”.

Além dessas ameaças à paz mundial, outros eventos catastróficos previstos por cientistas e profetas para a primeira metade do século XXI reforçam as profecias sobre o Armagedon. Nesse contexto, enquadram-se os alertas sobre a fome mundial que se avizinha; a escassez de água para atender à demanda para a produção de alimentos e biocombustíveis, a qual deverá ser, em 2050, da ordem de 20 a 30 milhões de quilômetros cúbicos, quantidade impossível de ser atendida, segundo os cientistas; a antecipação para 2030 do derretimento total do gelo ártico, nas épocas de verão, uma das conseqüências do efeito estufa, e a disputa que se delinea entre a Rússia e o Canadá pela posse de prováveis depósitos gigantes de petróleo e gás natural do Ártico, os quais, segundo noticiário da imprensa, pode ser um dos motivos para uma futura guerra mundial. Esta disputa, inclusive, tornar-se-á cada vez mais belicosa à medida que o degelo do Ártico avançar, facilitando, conseqüentemente, a exploração desses e de outros bens minerais supostamente lá existentes.

Essas questões são discutidas nesta obra para alertar os políticos, os governantes e a sociedade sobre a necessidade de estarem atentos para os anos decisivos para o Brasil e a para a América do Sul – 2003/2063, segundo as profecias de Dom Bosco –, para disso tirarem o melhor proveito. Além disso, estarem também precavidos para as tragédias que se abaterão, nesse período, sobre os povos que vivem fora do continente, quando uma conjunção de fatores negativos mudará os destinos da humanidade, fazendo da primeira metade do século XXI o período mais dramático para a sobrevivência do ser humano na face da terra desde a última glaciação. Para essa ocasião, o Brasil deve estar muito bem preparado militarmente, inclusive com bombas atômicas, para se defender, e também a América do Sul, a Antártida e oceanos adjacentes, de invasões de povos desesperados, famintos e despedaçados, mas nuclearmente armados, que tudo farão para conquistar um território habitável,

por pequeno que seja, do que restou intacto do Armagedon, para poderem sobreviver nesse espaço vital, da destruição total.

Israel, por exemplo, que tem sua existência contestada pelos países árabes e outros estados mulçumanos, em caso do Armagedon se instalar na Terra Santa, como rezam as escrituras, e saírem derrotados dessa batalha bíblica, procurarão safar-se buscando países pequenos e estratégicos, como o Uruguai, para ali se refugiarem e sobreviverem da hecatombe profetizada, e continuarem esperando o “Messias”, que lhes dará, conforme acreditam, a supremacia sobre as nações. Para dominarem esse país, basta colocarem suas bombas atômicas nos submarinos que possuem e assaltarem a banda oriental na calada da noite, numa invasão silenciosa, e se proclamarem donos desse território. Neste momento, os uruguaios, desarmados, nada poderão fazer para detê-los, e muito menos o Brasil e demais países sul-americanos, que sem bombas atômicas para confrontá-los ficarão à mercê desse povo apátrida, cujo carma, ao longo da história, é invadirem terras alheias para sobreviverem, ocasião em que procuram não só destruir seus habitantes, como também se apropriarem de seus bens, fato que se repete na atualidade com os palestinos. Nessa fuga desesperada, rumo à foz do Rio da Prata, os hebreus contarão não só com o apoio das comunidades judaicas instaladas em Buenos Aires, Porto Alegre e Montevideú, as maiores do continente, e células regionais da rede mundial de informações do Mossad, o serviço secreto de Israel, mas também com o que restar, após a batalha do Armagedon, do poderio bélico dos seus patrocinadores: os norte-americanos, que têm interesse nessa aventura. A exemplo do que aconteceu no final da Segunda Guerra Mundial, quando instalaram os israelitas, fugitivos do holocausto nazista, no Oriente Médio, para desalojarem seus competidores – ingleses e franceses – e se apossarem do petróleo dos países árabes, os yankees desta vez estarão interessados em utilizar o Uruguai como cabeça de ponte para dominarem o cone sul e, a partir daí, o restante do continente, a Antártida e o Atlântico sul, e dessa forma

continuarem a existir como nação, pois a América do Norte e o Ártico, devastados pelos artefatos nucleares, químicos e biológicos do Armagedon, ficarão inabitáveis por milênios.

Essa história de derrotas e fugas é fruto da ambição desmedida e arrogante dos norte-americanos e israelitas de conquistarem a supremacia das nações, adotando, para isso, estratégias equivocadas e desastrosas. Entre os objetivos imediatos dos judeus, por exemplo, está a consolidação e ampliação de seus domínios na Palestina, para restaurar o Grande Israel e reconstruir o Templo. Num segundo momento, aproveitando-se das mazelas da seca e da fome mundial, fomentar a rivalidade dos muçumanos contra os cristãos europeus, com vistas a formar uma aliança revanchista, visando a um só tempo, além da busca de água e alimentos: a) irem à forra da derrota sofrida com a invasão dos romanos, quando o templo foi destruído e expulsos da palestina; b) permitirem aos muçumanos uma revanche dos massacres dos cruzados; c) darem aos árabes a oportunidade de se vingarem dos ibéricos pela sua expulsão deste território europeu no fim da Idade Média; d) vingarem-se das fogueiras da Santa Inquisição, particularmente da espanhola; e) permitirem aos turcos a sua própria revanche contra os europeus pela perda do Império Otomano, e rejeição ao seu ingresso na comunidade européia; f) meterem os alemães numa fornalha atômica para se vingarem do holocausto nazista; e g) finalmente, juntos – israelitas e muçumanos – destruírem o Vaticano, síntese do Cristianismo, da civilização ocidental e de todos os males que julgam terem sofrido ao longo da Era Cristã.

A invasão da Europa, segundo as profecias de Nostradamus, começa pela Itália, com a destruição de Roma e seus monumentos e a fuga do papa, seguida de ocupação da França e incêndio de Paris, culminando com a morte do último papa neste país (FONTBRUNE, 1982). Todavia, como o próprio Nostradamus previu (SEXTILHA 34), o que vão conseguir, com tal “ato enorme e execrável”, será a ruína econômica.

Com esse plano estratégico, os judeus pretendem abrir caminho para a vinda do seu “Messias”, que lhes dará o domínio do mundo e a supremacia das nações, esquecendo-se de que as promessas messiânicas dizem respeito ao plano espiritual e não material. A decodificação desta mensagem bíblica começa pela história de Abraão e Sara, que geraram Isaac na velhice, prossegue na de Zacarias e Isabel, que na mesma faixa etária geraram João Batista, o último profeta do *Velho Testamento*, e termina na de José e Maria, que geraram o Messias cristão na força da juventude, marcando o início de uma nova era para a humanidade. A confirmação deste ciclo renovador está sintetizada na destruição dos dois velhos templos construídos na colina de Sião, e a edificação de um novo na colina do Vaticano, como o próprio Cristo profetizou; fato sacramentado na queda de Jerusalém e na ascensão de Roma como centro universal de fé, e seu bispo, o Sumo Pontífice, como construtor de pontes entre povos, os novos herdeiros das promessas divinas, e sucessor dos Sumos Sacerdotes judeus, que se dedicavam exclusivamente a seu povo, dito “eleito”.

Para arrematar tais previsões apocalípticas sobre o Armagedon, existe ainda a profecia atribuída a São Malaquias sobre os papas, desde Celestino II, eleito em 1130, até o “final dos tempos”. São 112 ao todo e nomeados cada um com um lema enigmático. Segundo algumas interpretações, o fim dos tempos seria marcado pelos três últimos papas, como registra René Bartillac, em seu livro *As Profecias – São Malaquias, Nostradamus e o fim do mundo* (BARTILLAC, 2005). A contagem final começa com o Papa João Paulo II, o número 110 da lista (*De Labore Solis*), que “seria o último papa prévio ao fim dos tempos”, de acordo com mensagens da Virgem. Segue o atual, Bento XVI, o número 111 (*De Gloria Olivae*) e, finalmente, o último, o 112, cujo lema é *Petros Romanus*.

PARTE I

AS PROFECIAS DE DOM BOSCO

Embora mais de um século se tenha passado desde a chegada dos Salesianos ao Brasil e do sonho de Dom Bosco, no qual vaticinou um futuro brilhante para a congregação que fundou e para a terra que os acolheu, a *Terra Brasilis*, esta secular ordem religiosa ainda não se dignou a brindar o povo brasileiro com uma versão em português do texto integral desse sonho, anotado pelo Padre Lemoyne e corrigido pelo próprio Dom Bosco. Na falta desse texto, e como diz o dito popular – *Quem não tem cão caça com gato* –, vamos ao gato, no caso, o econômico artigo do Padre José de Vasconcellos, *O Centenário de um sonho*, publicado no *Boletim Salesiano* (edição brasileira, ano 33, n.4, jul./ago. 1983, p. 6-11). Neste artigo, com cinco capítulos, o então Diretor do Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa, de Barbacena-MG, dedica os três primeiros para analisar esse Sonho no contexto dos Sonhos de Dom Bosco e os últimos para o Sonho propriamente dito. Estes dois capítulos finais – *Um sonho de Dom Bosco e Dom Bosco Sonhou Brasília?* – estão a seguir reproduzidos **na íntegra** com os mesmos títulos.

Dom Bosco – João Belchior Bosco – nasceu em Becchi (Castelnuevo d’Asti), norte da Itália, a 16 de agosto de 1815. Fundou a Ordem dos Salesianos (Sociedade Salesianos de Dom Bosco e Filhas de Maria Auxiliadora). Faleceu em Turim, a 31 de janeiro de 1888, aos 72 anos. Foi canonizado em 1º de abril de 1934, pelo Papa Pio XI.

Um Sonho de Dom Bosco

“Na noite que precede a festa de Santa Rosa de Lima (30 de agosto) tive um sonho”. Assim começa Dom Bosco a narrar um de seus sonhos mais famosos, tido em 1883, um mês e pouco depois da chegada dos primeiros Salesianos ao Brasil.

Cecília ROMERO publicou, em 1978, esplêndido estudo sobre “Os Sonhos de Dom Bosco”. Porque se tratava de edição crítica, restringiu-se a estudar somente 10 sonhos, tidos entre 1870 e 1887, porque deles poderia ter à mão versão manuscrita atribuível a Dom Bosco, por dois títulos: ou porque inteiramente redigida de próprio punho, ou porque chegada até nós em manuscritos de outrem, mas cuja revisão final é garantida por apostilas da mão de Dom Bosco.

Esse é exatamente o caso do sonho de 30 de agosto: manuscrito do P. Lemoyne com correções do próprio punho de Dom Bosco; e é sobre o texto crítico de Romero que nos basearemos para a tradução de alguns trechos do sonho. Porque é quase impossível publicá-lo aqui na íntegra; ele sozinho ocuparia boa parte deste Boletim Salesiano: são quase dez páginas das Memórias Biográficas, formato 210 x 140 mm, tipo 6 com as linhas não intercaladas (Vol. XVI, p. 385-394).

Contou-o Dom Bosco numa reunião do Capítulo Geral da Congregação, no dia 4 de setembro daquele ano. O P. Lemoyne, que recolhia as memórias do Santo, transcreveu-o imediatamente e submeteu-o à correção de Dom Bosco.

“Percebi que estava dormindo e parecia-me, ao mesmo tempo, correr a toda velocidade, a ponto de me sentir cansado de correr. (...) Enquanto hesitava se se tratava de sonho ou realidade, pareceu-me entrar em um salão, onde se achavam muitas pessoas, falando de assuntos vários”.

E o Santo reproduz profusamente o assunto da conversa.

“Nesse ínterim, aproxima-se de mim um jovem de seus dezesseis anos, amável e de beleza sobre-humana, todo radiante de viva luz, mais clara que a do sol”.

O misterioso guia o acompanhou durante toda a fantástica viagem e se apresenta como amigo seu e dos Salesianos; vem, em nome de Deus, dar-lhe um pouco de trabalho.

“Vejamos de que se trata. Que trabalho é este?”.

– Sente-se a esta mesa e puxe esta corda.

No meio do salão havia uma mesa, sobre a qual estava enrolada uma corda. Vi que a corda estava marcada com linhas e números, como se fôra uma fita métrica. Percebi mais tarde que o salão estava situado na América do Sul, exatamente sobre a linha do Equador, correspondendo os números impressos na corda aos graus geográficos de latitude”.

Segue a narração de uma vista de conjunto da América do Sul, esclarecendo o Santo:

“Via tudo em conjunto, como em miniatura. Depois, como direi, pude ver tudo em sua real grandeza e extensão. Foram os graus marcados na corda, correspondentes exatamente aos graus geográficos de latitude, que me permitiram gravar na memória os pontos sucessivos que visitei na segunda parte do sonho.

Meu jovem amigo continuava: Pois bem, estas montanhas são como balizas, são um limite. Entre elas e o mar está a messe oferecida aos Salesianos. São milhares, são milhões de habitantes que esperam o seu auxílio, aguardam a fé. Aquelas montanhas eram as cordilheiras da América do Sul e o mar o Oceano Atlântico.”

Prossegue o sonho mostrando a Dom Bosco como conseguiria guiar tantos povos ao rebanho de Cristo.

“Eu ia pensando: mas, para se conseguir isso, vai ser preciso muito tempo. Exclamei, então, em voz alta: não sei o que pensar.

Porem, o moço ajuntou, lendo meus pensamentos:

– Isto acontecerá antes que se passe a segunda geração.

– E qual será a segunda geração, perguntei.

– A presente não conta. Será uma outra, depois outra.

– E quantos anos compreendem cada geração?

– Sessenta anos.

– E depois?

– Quer ver o que sucederá depois?

Venha cá.

E, sem saber como, encontrei-me numa estação ferroviária. Havia muita gente. Embarcamos.

Perguntei onde estávamos. Respondeu o jovem:

– Note bem! Observe! Viajaremos ao longo da cordilheira. O sr. tem estrada aberta também para leste, até ao mar. É outro dom de N. Senhor. Assim dizendo, tirou do bolso um mapa, onde vi assinalada a diocese de Cartagena. Era o ponto de partida.

Enquanto olhava o mapa, a máquina apitou e o comboio se pôs em movimento. Viajando, meu amigo falava muito, mas nem tudo eu podia entender, por causa do barulho do trem. Aprendi, no entanto, coisas belíssimas e inteiramente novas sobre astronomia, náutica, meteorologia, sobre a fauna, a flora e a topografia daqueles lugares, que ele me explicava com precisão maravilhosa.

La olhando através das janelas do vagão e descortinava variadas e estupendas regiões. Bosques, montanhas, planícies, rios tão grandes e majestosos que eu não era capaz de os crer assim tão caudalosos, longe que estavam da foz. Por mais de mil milhas, costeamos uma floresta virgem, inexplorada ainda agora. Meus olhos tinham uma potência visual surpreendente, não encontrando óbice que os detivesse de estender-se por todas aquelas regiões. Não só as cordilheiras, mas também as cadeias de montanhas isoladas naquelas planuras intermináveis eram por mim contempladas (o brasil?) [**Sic:** com ponto de interrogação e com inicial minúscula, no manuscrito original].

Tinha debaixo dos olhos as riquezas incomparáveis deste solo que um dia serão descobertas. Via numerosas minas de metais preciosos, filões inexauríveis de carvão, depósitos de petróleo tão abundantes como nunca se encontraram em outros lugares. Mas não era ainda tudo. Entre o grau 15 e o 20 havia uma enseada bastante longa e bastante larga, que partia de um ponto onde se forma um lago. Disse então uma voz repetidamente: quando se vier cavar as minas escondidas no meio deste montes (desta enseada), aparecerá aqui a terra prometida, que jorra leite e mel. Será uma riqueza inconcebível?.

Continua a viagem, ao longo da cordilheira, rumo ao sul; continua a descrição das regiões da bacia do Prata, dos Pampas e da Patagônia, até Punta Arenas e o Estreito de Magalhães. “Eu olhava tudo. Descemos do trem”. Voltando-se para o jovem guia, Dom Bosco lhe diz:

“Já vi bastante. Agora leva-me a ver os meus Salesianos da Patagônia. Levou-me. Eu os vi. Eram muitos, mas eu não os conhecia e entre eles não havia nenhum dos meus antigos filhos. Todos me olhavam admirados e eu lhes dizia: “Não me conheceis? Não conheceis Dom Bosco?”

– Oh Dom Bosco! Nós o conhecemos, mas só de retrato. Pessoalmente, é claro que não.

– E D. Fagnano, D. Lasagna, D. Costamagna, onde estão?

– Não os conhecemos. São os que para cá vieram em tempos passados, os primeiros Salesianos que vieram da Europa. Mas já morreram há muitos anos!

A esta resposta eu pensava cheio de espanto: – Mas isto é um sonho ou uma realidade? E batia as mãos uma contra a outra, tocava os braços, me sacudia todo, e ouvia o barulho das mãos e sentia o meu corpo. Estava nesta agitação quando me pareceu que Quirino tocasse às Ave-Marias da manhã; mas tendo despertado, percebi que eram os sinos da paróquia de São Benigno. O sonho tinha durado a noite toda”.

Dom Bosco Sonhou Brasília?

Como podemos observar, no que possa aplicar-se a Brasília, o sonho fixa, com clareza pouco freqüente nas chamadas visões imaginárias, três pontos: **tempo, lugar, evento anunciado**. Só para o terceiro a linguagem é simbólica:

a) Tempo

Recordemos o diálogo do sonho:

– Isto acontecerá antes que passe a segunda geração.

– Qual será a segunda geração?

– A presente não conta. Será uma outra, depois outra.

(E Dom Bosco, querendo ainda mais clareza):

– Quantos anos compreendem cada geração?

– Sessenta anos.

Se a primeira destas gerações começou em 1883, ano do sonho, a segunda teve início sessenta anos depois, em 1943, e se estende até o ano 2003. A construção e consolidação de Brasília estão assim bem dentro do período anunciado: entre 1943 e 2003.

b) **Lugar**

Dom Bosco localizou o evento na faixa compreendida pelos paralelos 15 a 20, entre a Cordilheira dos Andes e o Oceano Atlântico. Exatamente onde foi instalada a nova Capital do Brasil.

c) **Evento anunciado**

Embora o **Leit-motiv** do sonho seja o futuro missionário da Congregação na América do Sul, Dom Bosco viu incidentalmente também outras coisas, tanto rios caudalosos e florestas imensas, como minas de ouro, de pedras preciosas, depósitos de petróleo. (Monteiro Lobato, a este respeito, cita o sonho numa de suas obras). Creio, pois, poder afirmar que ele viu, em 1883, o que hoje começamos a ver no Brasil.

Reforça a convicção o teor mesmo do texto, embora em estilo simbólico; em nenhum outro ponto da referida faixa continental um acontecimento como a construção de Brasília obteve repercussão maior no progresso e na riqueza de um país.

Convém, no entanto, recordar aqui, como elemento para a História, o nascedouro desta interpretação do sonho. Não é devido aos Salesianos, como poderia parecer.

No início da construção da nova Capital, quando a proeza parecia estranha e temerária à maioria dos brasileiros, o Dr. Segismundo Mello, Procurador do Estado de Goiás, e residente hoje em Brasília, bateu à porta do Ateneu Dom Bosco de Goiânia com uma dúvida e um pedido: era verdade que Dom Bosco, em sonho, havia antevisto Brasília? Onde obter o texto do sonho?

Nenhum salesiano do Ateneu sabia de nada!

O fato é menos estranhável do que poderia parecer à primeira vista: a biografia completa de Dom Bosco, com o título de **Memorie Biografiche**, tem 16.130 páginas e ocupa 19 alentados volumes escritos em italiano; não há tradução portuguesa. Nada de admirar, portanto, se a maior parte dos atuais Salesianos não a tenha lido nunca por inteiro, ou por falta de tempo ou (os das gerações mais novas) por já não dominarem completamente a língua. As pequenas biografias escritas em português não contam senão um ou outro dos sonhos de Dom Bosco. Não este, que é muito grande.

Mas o Diretor do Ateneu, P. Cleto Caliman, pôs-se a vasculhar nas Memórias Biográficas e lá encontrou, no vol. XVI, o texto integral do sonho de 1883. Nele, sob a guia de um jovem amigo já falecido, Luiz Colle, Dom Bosco fez a fantástica viagem pela América do Sul, resumida no item 4 deste estudo.

Ao verificar que Brasília estava situada justamente entre os paralelos 15 e 20 e que o tempo coincidia com o previsto no sonho, os defensores de Brasília, com o Dr. Segismundo à frente, encheram-se de entusiasmo e de certezas. Bernardo Sayão, um dos pioneiros, logo arranjou ocasião e pretexto para uma Missa, que os salesianos do Ateneu celebraram, sem alarde, no desértico planalto entrevisto no sonho. Foi, na realidade, a primeira Missa de Brasília.

Israel Pinheiro que, por intermédio de um tio Padre, Mons. Pinheiro, Cooperador salesiano, tinha velhas afinidades com Dom Bosco, vibrou, e imediatamente comunicou a descoberta ao Presidente Juscelino Kubitschek. Este, dramaticamente necessitado de apoios para sua obra grandiosa, tratou logo de fazer expor na sala principal do Catetinho o trecho do Sonho possivelmente referente a Brasília, emoldurado em quadro que ainda lá se acha e parece ter-se inspirado no texto para a frase famosa que se encontra gravada no seu monumento da Praça dos Três Poderes: “Deste **Planalto** central..”

A fim de colocar sob a proteção do Santo os trabalhos da construção da nova Capital, Israel Pinheiro fez questão de empregar o primeiro ferro e o primeiro cimento chegados ao

canteiro de obras na construção de uma ermida votiva a Dom Bosco, desenhada por Niemeyer. Fê-la reproduzir, anos mais tarde, em escala menor, na sua residência oficial de Prefeito de Brasília, a Granja do Ipê. Bom mineiro, quis em seguida conferir, com os próprios olhos, o manuscrito original do sonho, cuja cópia xérox me fez requisitar à Casa Mãe dos Salesianos na Itália.

Como conseqüência de tudo isto, a cidade nasceu embalada na certeza de ter sido sonhada por um santo e é por isso que a devoção a Dom Bosco é tão popular entre os brasilienses.

Quando, em 1961, chegou a hora de escolher Patrono litúrgico para ela, a Autoridade eclesiástica local, com muito acerto, pensou em Nossa Senhora Aparecida. Mas, por coincidência (ou “elegância da Divina Providência”, como costumava dizer o Papa Pio XI), nesta data, eram ex-alunos salesianos o Presidente da República, Jânio Quadros (ex-aluno do Colégio S. Joaquim, de Lorena, SP), o Prefeito Paulo de Tarso (ex-aluno do Colégio Dom Bosco, do Araxá, MG) e o Presidente da Novacap Randall Espírito Santo Ferreira (ex-aluno do Ginásio Salesiano de Silvânia, GO). Os três ex-alunos, atendendo também a apelo unânime da população em minuta preparada por quem escreve este estudo, firmaram juntos, petição à Santa Sé, para que S. João Bosco fosse declarado Co-Patrono da Cidade, o que veio a acontecer.

Deste modo, no último domingo de agosto, dia festivo mais próximo à data do famoso sonho, os brasilienses, tendo à frente o seu Arcebispo, organizam, todos os anos, piedosa romaria à ermida de Dom Bosco.

Em conclusão, se repetirmos a pergunta: “Dom Bosco Sonhou Brasília?”, creio se possa responder:

1. É certo que o Santo, no “sonho” de 1883, pensou no **Brasil**: lá está explícita a alusão, embora em forma interrogativa, no manuscrito do sonho tido pelos entendidos como o mais autêntico. (Há vários outros)
2. É igualmente certo que o **lugar** e o **tempo** coincidem plenamente, sem qualquer ginástica exegética, com os da construção de Brasília.

3. Quanto ao **evento anunciado** (grande riqueza, progresso), estou atento à advertência da lógica escolástica sobre a falácia possível no argumento: “depois disto, logo, por causa disto”: **Post hoc, ergo propter hoc**. Mas há, inegavelmente, relação de causa e efeito entre a transferência da Capital e o surto de progresso que se deu no País a partir daquela realização, não só na região Centro-Oeste, como seria de esperar, mas no Brasil como um todo. Só não o vêem os que não querem ver; os dados e as estatísticas estão aí, à vista de todos.
4. Seria indevido pedir maior clareza e mais especificação num sonho-visão. Manifestações como estas, como as dos profetas da Escritura, são de sua natureza imaginárias, envoltas em expressões ora obscuras, ora simbólicas, que se prestam a mais de uma interpretação. Mas ainda assim, sobre o essencial, como vimos, há mais clareza neste “sonho” do que em geral nas previsões deste tipo.
5. Convém ainda não esquecer que Dom Bosco nunca esteve na América, não tinha maiores estudos de Geografia, e que os mapas da época, sobretudo os das regiões extra-europeias, eram bastante incompletos e vagos.

Em tempo:

a) Os representantes mais altos da Congregação Salesiana e seus melhores estudiosos jamais se pronunciaram sobre o assunto e a reação de seus Superiores Maiores a este respeito foi sempre de reticência. O escrito acima representa opinião estritamente pessoal.

b) Uma advertência aos angustiados com a situação atual do País: – a segunda geração, preanunciada no sonho para o advento de uma era de prosperidade e riqueza, só termina no ano 2003. Até lá... nada se perde em esperar para conferir.

Outras profecias sobre Brasília

Sobre Brasília eis o que diz Eduardo Bueno, em seu livro *Brasil: Uma História* (BUENO, 2002, p. 352-353):

Era uma cidade longamente profetizada. Já em 1883, ela aparece, reluzente, nas visões do santo italiano João Bosco. Um século antes, fizera parte dos sonhos libertários dos inconfindentes, fulminados em 1789. Em 1813, o jornalista Hipólito José da Costa, redator do *Correio Brasiliense*, editado em Londres, deu novo alento à idéia de transferir a capital do Brasil para o interior, “junto às cabeceiras do Rio São Francisco”. No início de 1822 surgiria, em Lisboa, um livreto, redigido nas Cortes, determinando que, “no centro do Brasil, entre as nascentes dos confluente do Paraguai e do Amazonas fundar-se-á a capital do Brasil, com a denominação de Brasília”. No mesmo ano, após a Independência, José Bonifácio defenderia, na Constituinte, a idéia de erguer a nova capital “na latitude de 15°, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por um rio navegável”. Em 1852, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen tornou-se o principal defensor de Brasília e, em 1877, seria o primeiro a viajar ao Planalto Central tentando demarcar o ponto ideal. Achou-o “no triângulo formado pelas lagoas Formosa, Feia e Mestre d’Armas, pelo fato de fluírem para o Amazonas, o São Francisco e o Prata”. Proclamada a República, o artigo 3º da nova Constituição estabeleceu que a capital de fato seria mudada para o Planalto Central, o cientista Luís Cruls demarcou “um quadrilátero de 14.400 quilômetros para nele ser erguida a nova cidade”. Em 1922, o presidente Epiácio Pessoa baixou um decreto determinando que no dia 7 de setembro daquele ano (centenário da Independência) fosse assentada a pedra fundamental da nova capital, na cidade de Planaltina (GO), localizada no “quadrilátero Cruls”, hoje perímetro urbano de Brasília.

A idéia de transferir a capital para os longínquos descampados do cerrado seria mantida nas constituições de 1934 e 1946. Mas

só começou de fato a sair do papel no dia 4 de abril de 1955, num comício em Jataí (GO), quando o então candidato à Presidência Juscelino Kubitschek decidiu fazer a mais óbvia das promessas de campanha: jurou que iria “cumprir a Constituição”. Então, como o próprio JK conta no livro *Por que construí Brasília*, algo de surpreendente aconteceu – e mudou os destinos do Brasil. De acordo com JK, ao final do comício em Jataí, “uma voz forte se impôs” e o interpelou. “O senhor disse que, se eleito, irá cumprir rigorosamente a Constituição. Desejo saber se pretende pôr em prática a mudança da capital federal para o Planalto Central”. JK olhou para a platéia e identificou o interpelante: era um certo Toquinho. Embora considerasse a pergunta embaraçosa e já tivesse seu Plano de Metas pronto, JK respondeu que construiria a nova capital. A partir daí, Brasília virou a “meta-síntese” de seu governo. Ao assumir a Presidência, apresentou o projeto ao Congresso como fato consumado. Em setembro de 1956, foi aprovada a lei nr. 2.874 que criou a Cia. Urbanizadora da Nova Capital. As obras se iniciaram em fevereiro de 1957, com apenas 3 mil trabalhadores – batizados de “candangos”. Os arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa foram encarregados de projetar a cidade “futurista”.

A Realização das Profecias

As visões de Dom Bosco sobre a *Terra Brasilis*, a exemplo de Brasília, parece que já se está tornando uma realidade, como indicam as descobertas de gás de petróleo na Bacia do São Francisco, e do maior reservatório de água doce da América do Sul, na Bacia do Paraná, o Aquífero Guarani. Sobre as ocorrências de gás de petróleo da Bacia do São Francisco, transcrevemos abaixo alguns trechos de interessante artigo do ex-Ministro de Minas e Energia, Paulino Cícero de Vasconcelos, publicado no jornal *Estado de Minas* (4/6/2003, p. 9) sob o título *O gás do São Francisco*, que liga esse fato ao sonho de Dom Bosco:

“Um dos maiores geólogos do País, Carlos Walter Marinho Campos, que no ano passado recebeu, *post-mortem*, a medalha Eschwege do governo mineiro, foi o homem que levou a Petrobrás para o mar. [...] Quando assumi a Secretaria de Minas do governo Itamar, já aposentado da Petrobrás, Carlos Walter, com minha presença, instalou em Ouro Preto o Núcleo de Engenharia de Petróleo (Nupetro), que somava o notório potencial de duas renomadas instituições: a Escola de Minas, na área de geologia, e a Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Efei), em eletricidade e mecânica. Neste dia, com a simplicidade que contrastava os títulos tantos que acumulara no Brasil e no exterior, Carlos Walter me dizia que a bacia hidrográfica do São Francisco pode esconder um oceano de gás. É uma unidade geotectônica proterozóica – dizia-me. Não deve ter óleo, mas certamente conterà muito gás natural de petróleo, exatamente como ocorre na Sibéria e no Mar Amarelo da China, que são, também, bacias proterozóicas, formada a mais de 500 milhões de anos. [...] É rezar para que as coisas se apressem e aconteçam. Aliás, falando em rezar, isso me lembra o jornalista Jorge Faria, como eu, ex-aluno salesiano. Ele diz – e jura – que o verdadeiro sonho visionário de Dom Bosco sobre o Centro-Oeste brasileiro não era Brasília. Era e é o gás do São Francisco.”

Para completar essas observações, poderíamos acrescentar que, na faixa de Dom Bosco (15° / 20° S), existem outros sítios que se encaixam nas descrições do sonho, como o Pantanal Mato-grossense e a região andina do lago Titicaca, os quais, se pesquisados, poderão apresentar surpresas agradáveis.

Mas é no litoral Atlântico brasileiro que as visões proféticas de Dom Bosco se estão realizando (“via numerosas minas de metais preciosos, filões inexauríveis de carvão, **depósitos de petróleo tão abundantes como nunca se encontraram em outros lugares**”), como podemos observar pelo noticiário da imprensa (Jornal *Estado de Minas*, 9/11/2007, p. 14 – Coluna *Brasil S/A*, do jornalista Antônio Machado):

“Ontem, a Petrobrás anunciou que os testes finais no campo de Tupi, na Bacia de Santos, comprovaram a existência de reserva explorável de 5 bilhões a 8 bilhões de barris de petróleo de qualidade, além de gás, o que alça o país no ranking dos grandes produtores no mundo. [...] A descoberta faz parte de uma área de 800 quilômetros de extensão por 200 de largura, indo do litoral do Espírito Santo a Santa Catarina, território no qual a Petrobrás começou a mapear sozinha e em associação com sócios (em Tupi, por exemplo, está junto do BG Group, da Inglaterra, dono de 25% da concessão, e da Petrogal/Gap, de Portugal, com 10%). [...] A reserva encontrada em Tupi está a 6 quilômetros de profundidade – com 1,5 a 3 km de lâmina d’água e mais 3 a 4 km de uma espessa camada de sal.”

Considerando os dados divulgados pelo governo federal, segundo os quais, o chamado Bloco de Tupi faz parte de um conjunto de 41 blocos igualmente promissores, portanto em condições de comportar reservas da ordem de 300 bilhões de barris, e que blocos semelhantes podem ocorrer nas bacias situadas a norte e ao sul da Bacia de Santos, onde o nível de sal é conhecido, é possível imaginar reservas da ordem de 1 trilhão de barris, o que coloca o Brasil no topo do *ranking* dos detentores de grandes reservas de petróleo e gás, pois o potencial dessa faixa litorânea, de 800 km de extensão por 200 km de largura, equivale às reservas totais hoje conhecidas em todo o planeta. Isto sem contar os gigantescos domos de sal descobertos na foz do Rio Amazonas, cujo potencial petrolífero ainda não foi pesquisado. Isto prova que as profecias de Dom Bosco são dignas de fé.

A SAGA DOS EMIGRANTES

“Porém o moço ajuntou, lendo em meus pensamentos:
– Isto acontecerá antes que passe a segunda geração.
– E qual será a segunda geração, perguntei.
– A presente não conta. Será uma outra, depois outra.
– E quantos anos compreendem cada geração?
– Sessenta anos.
– E depois?
– Quer ver o que sucederá depois?
Venha cá.”

A Geração Excluída (1823/1883)

(“A presente não conta”)

“A colonização européia, iniciada no período imperial, respondia a uma atitude comum da oligarquia das nações latino-americanas, alçada ao poder com a independência: sua alienação cultural que a fazia ver sua própria gente com olhos europeus.”

(Darcy Ribeiro. *O Povo Brasileiro*, Companhia das Letras, 1995, p. 433)

A Primeira Geração (1883/1943)

(“Será uma outra”)

“Há uma situação de contradição que é: os descendentes de imigrantes que vieram no fim do século, subvencionados, vieram

no fundo dos navios, como gado, porque não cabiam na economia da Europa, que enfrentava uma crise de desemprego como a nossa hoje. Nós absorvemos uma dezena de milhões desses imigrantes. Tem muitos que são excelentes, mas outros acreditam que fizeram o Brasil. Eles vieram subsidiados, o Brasil já existia com suas dimensões, já era independente. Eles vieram outro dia, mas tinham uma atitude muito besta e começam alguns problemas quando esses bestinhas, que havia muito em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, começam a falar dos baianos ou dos pernambucanos ou da gente antiga de sua própria região. Então o Brasil está vivendo um momento de tensões que vão dar em diferenças.”

(Darcy Ribeiro, entrevista para o *Jornal do Brasil*, 3/11/1996, Cad. B, p. 5).

A Segunda Geração (1943/2003)

(“Depois outra”)

“Se a primeira destas gerações começou em 1883, ano do sonho, a segunda teve início sessenta anos depois, em 1943, e se estende até o ano 2003. A construção e consolidação de Brasília estão assim bem dentro do período anunciado: entre 1943 e 2003.”
(Padre José de Vasconcellos)

A Terceira Geração (2003/2063)

(“Quer ver o que sucederá depois? – Venha cá.”)

O que se segue ao diálogo que abre este capítulo está descrito no anterior, mas o que queremos ressaltar com essa análise é o que está acontecendo no presente e o que está para acontecer nos próximos anos. Segundo o Padre José de Vasconcellos, “se a primeira destas gerações começou em 1883, ano do sonho, a segunda teve início sessenta anos depois, em

1943, e se estende até o ano 2003”. Com base nessa interpretação, podemos concluir que, quando o jovem guia de Dom Bosco, “de beleza sobre-humana, todo radiante de viva luz, mais clara que a do sol”, diz o que acontecerá depois da segunda geração – “Quer ver o que sucederá depois? – Venha cá.” – ou seja, depois do ano 2003, é que a viagem ferroviária de Dom Bosco, que se segue a esse diálogo, se passa no tempo atual, época da terceira geração (2003/2063), a escolhida para construir essa ferrovia e ocupar o território onde, segundo as profecias, “aparecerá a terra prometida, que jorra leite e mel”.

A escolha dessa geração não foi casual, pois, de acordo com a narrativa de Dom Bosco, o emissário divino excluiu uma geração – “a presente não conta” (1823/1883), ou seja, a dos imigrantes que aqui chegaram quando o Brasil já era independente, porém escravocrata. A partir desta geração, Imperial, seguem-se outras três, Republicanas, cada uma com uma missão: a primeira (1883/1943), a de fazer uma revolução para mudar a face escravocrata do Brasil – a Revolução de 30 –; a segunda (1943/2003), a de edificar Brasília e ocupar o Centro-Oeste; e a terceira (2003/2063), com o encargo de construir a ferrovia profetizada por Dom Bosco e povoar a sua rota e a Amazônia, cumprindo assim os desígnios de Deus. Estas privilegiadas gerações já vêm atuando nesse sentido, como demonstra a presença de gaúchos, catarinenses e paranaenses no Centro-Oeste, no Brasil Central, na Amazônia, no Paraguai (brasiguaios) e na Bolívia, descendentes dos imigrantes que não conheceram a escravidão e nem foram responsáveis por suas mazelas, magistralmente descritas por Gilberto Freire, em sua monumental obra *Casa-Grande & Senzala*.

Por esta razão, estão livres do ranço escravocrata que domina certas elites, principalmente as nordestinas, pois estas, diferentemente das mineiras, paulistas e fluminenses, que tiveram suas mentalidades escravistas modificadas pelas levas de

imigrantes que aportaram ao País no final do século XIX e início do século XX, ainda adotam uma postura retrógrada no quadro político nacional, como bem exemplifica os fatos envolvendo o Senador Renan Calheiros, assunto tratado em carta, parcialmente transcrita a seguir, datada de 16/9/2007, a qual recebeu, por parte do Presidente da Câmara dos Deputados, a seguinte acolhida (Carta 130/07/CC/GP, de 22/11/2007):

Prezado Senhor João Gilberto, Registramos o recebimento de sua correspondência dirigida a esta Presidência, por meio da qual Vossa Senhoria se manifesta em favor do sistema “unicameral”. Agradecendo o contato, informamos que estamos enviando sua correspondência à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa Legislativa, para análise. Esta Presidência estará sempre aberta a manifestações e colaborações vindas da sociedade.”

O Brasil, portanto, encontra-se num momento decisivo de sua história, cabendo à terceira geração a missão de definir os rumos do País e quem sairá vencedor nessa disputa: a *Casa-Grande & Senzala*, que se atém a um passado que não volta mais, ou o Brasil dos Imigrantes, que marcha para a frente em busca de novos horizontes.

IMIGRANTES



Família Parenti

(Fotografia tirada no início do século XX, em Pouso Alegre-MG)

Savério Parenti e Lúcia Guigli Parenti (bisavós do autor) e seus filhos Giovanni (avô – nascido em Riolunato-Modena), Beatrice e Elisabetta. A família Parenti deixou a Itália pelo Porto de Gênova, viajando para o Brasil no navio Les Alpes, chegando à Hospedaria dos Imigrantes em Juiz de Fora-MG, em 20 de maio de 1897.

IMIGRANTES



Família Chiarini

(Fotografia tirada no início do século XX, em Pouso Alegre-MG)

Pietro Chiarini e Francesca Adreucci Chiarini (bisavós do autor) e seus filhos Francesco, Ângelo, Giuseppe, com suas esposas, Alessandro, sentado ao lado do pai, e Carolina (avó- nascida em Arezzo-Toscana), sentada ao lado da mãe. A família Chiarini deixou a Itália pelo Porto de Gênova, viajando para o Brasil no navio Aquitaine, chegando à Hospedaria dos Imigrantes em Juiz de Fora-MG, em 3 de agosto de 1897.

Carta de 16 de setembro de 2007

A finalidade desta carta é sensibilizar os políticos, governantes, empresários e integrantes da mídia, para a necessidade de se resgatar a bandeira do sistema de representação política UNICAMERAL, em que há somente uma Câmara Legislativa. Bandeira esta que foi levantada pelo presidente do PT no último congresso nacional do partido, e abandonada pelos congressistas, pois estes, desde que assumiram o poder central, perderam o rumo e o prumo, como registra em editorial (anexo) o *Jornal Estado de Minas* (15/9/2007, p. 12).

A razão deste apelo fundamenta-se nos fatos ocorridos no Senado Federal, onde o presidente da instituição, senador Renan Calheiros, arrogando-se donatário desse mandato – recebido como pagamento pelos serviços de sabotagem da candidatura Itamar Franco no PMDB –, desafia a nação como se este cargo fosse propriedade sua, confundindo assim o público com o privado e colocando em xeque a utilidade dessa instituição para o exercício do regime democrático. Essa arrogância tem raízes no seu Estado de origem, Alagoas, onde o ranço escravocrata predomina nas relações políticas, herdadas do Império, e por todo o Nordeste, cuja divisa, “quem não é Cavalcante é cavalgado”, expressa bem o desprezo dos políticos dessa região pelas regras democráticas e os direitos dos cidadãos. Esta visão distorcida da realidade é observada também entre os políticos do Norte do País, onde o senador processado encontra apoio e sustentação para manter-se no cargo, pois outra divisa viciada regula as atitudes dos políticos da região: “Às favas com os escrúpulos”.

O resultado desses comportamentos antidemocráticos e delituosos pode ser avaliado com base na seguinte matéria do *Jornal Estado de Minas* (16/9/2007, p. 3), intitulada *A face do Senado no STF*:

“As reações da sociedade ante a absolvição do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), na última quarta-feira

pelo plenário do Senado, colocam em discussão os reais motivos que levaram cada parlamentar a preservar o mandato do colega. Dados do Supremo Tribunal Federal (STF) ajudam a explicar parte do corporativismo. Há, na corte, 17 inquéritos abertos contra 14 dos senadores – incluindo o próprio Renan – acusados de crimes que vão desde sonegação fiscal à corrupção ativa”. O que chama a atenção nessa matéria é o fato de que, desses 14 senadores, 11 (78%) são representantes de estados das regiões Norte e Nordeste do País.

A lição que a nação brasileira deve tirar dos acontecimentos envolvendo o senador Renan Calheiros, e tomar medidas corretivas para fortalecer a democracia e o regime republicano, é reconhecer que o Senado, uma instituição retrógrada herdada do Império, não mais atende os interesses da nação, pois há um desequilíbrio na representatividade dos estados federados, na medida em que se elegem três senadores por Estado, os quais se juntam para formarem blocos regionais, e estes se aliam para dominarem o Senado, como a aliança Norte/Nordeste, que reúne 48 senadores, ou 60% do total. Com esta maioria, esses políticos dominam não só o Senado, mas também todo o Congresso Nacional e o Poder Executivo, que ficam reféns de suas chantagens, como a recriação das corruptas e ineficientes Sudam e Sudene, e a manutenção da Zona Franca de Manaus, que traz graves prejuízos a outros estados federados e distorções na economia nacional. Este domínio tende a se fortalecer com a criação de novos estados na Região Norte, pela divisão do Amazonas e do Pará, o que agravará ainda mais os desequilíbrios existentes. Além disso, a representatividade do Senado é uma farsa, pois existem senadores que nem eleitos foram, pois receberam seus mandatos pelo método espúrio da “suplência”, barganhada em troca de dinheiro ou herança familiar, e outros, como o senador José Sarney, pela falsificação do endereço residencial para se candidatar por estados que vendem essa “facilidade”, como o Amapá, pelo qual foi eleito representante, embora toda a nação saiba exatamente onde mora e a razão

dessa esperteza: o repúdio dos eleitores de seu Estado à sua candidatura.

Para acabar com essas “espertezas” e as alianças regionais, que mais parecem acertos entre famílias mafiosas, é necessário a adoção do sistema de representação política UNICAMERAL, pois este fortalece a democracia e valoriza a participação popular, como ficou demonstrado no processo de expulsão de outro nordestino corrupto da presidência de uma das casas do Congresso: o ex-deputado Severino Cavalcanti, que foi defenestrado da presidência da Câmara dos Deputados, e obrigado a renunciar ao seu mandato para não ser cassado. Este fato aconteceu porque, nesta casa do Congresso, o regionalismo é atenuado pela diversidade de seus representantes, o que inibe a formação de grupos elitistas que defendem interesses particulares, como ocorre no Senado. Além disso, com a extinção do Senado, haverá não só uma redução substancial dos gastos públicos, como também uma maior agilidade na elaboração das leis, acabando conseqüentemente com as chamadas ‘medidas provisórias’, que foram criadas para fugir do ritual legislativo, um cipoal paralisante que anula na pratica as funções do Congresso, obrigando o Executivo a legislar por conta própria para que o País funcione. A ocasião para se concretizar essa mudança, que dará também maior transparência e participação da sociedade na elaboração das leis, surgirá com a propalada reforma política, que deverá passar, obrigatoriamente, por uma Assembléia Constituinte [...].

Não bastassem essas considerações, deve-se ainda levar em conta que o Senado, graças ao desequilíbrio na representatividade e da aliança Norte/Nordeste, está se tornando uma paróquia nordestina, e não um foro representativo dos interesses da nação, como bem exemplifica a predominância de senadores do Nordeste na presidência da Casa. Esta situação favorece a corrupção, dada à frouxidão moral das autoridades públicas da Região Norte, exemplificada no caso da menor mantida presa com homens em cadeia do Pará, e do Nordeste,

como informa o jornalista Mário Fontana, em sua coluna no *Jornal Estado de Minas* (22/9/2007, p. 3):

A corrupção das autoridades públicas do Nordeste está tão arraigada que suas manifestações, muitas vezes, envolvem fatos cômicos, que o pessoal nem se dá ao trabalho de camuflar. Vejam o caso do prefeito de Campina Grande (segundo maior município da Paraíba), Veneziano Vital do Rego. Sua excelência mandou incluir na folha de despesas da prefeitura o pagamento de R\$ 25 mil por dia ao dono da carroça puxada por um burro, encarregada de coletar lixo em um dos bairros da urbe.

Identidade Cultural

A identidade cultural entre políticos do Nordeste e da Região Norte do País tem suas raízes no processo de ocupação da Amazônia pelos nordestinos, que se deu a partir da segunda metade do século XIX, quando migraram, ou foram forçados a migrar para essa região, para trabalharem na extração da borracha silvestre. Esse êxodo se acentuou a partir de 1877 com a grande seca que afetou o Ceará e começou a declinar após 1911, ano do apogeu do processo extrativista. Dois novos surtos migratórios, induzidos, ocorreram no século passado: nos anos 40, para produzirem borracha, num esforço de guerra, e nos anos 70, para colonizar essa região e esvaziar o Nordeste de miseráveis, o que foi tentado com a construção da Rodovia Transamazônica. O resultado de tudo isso é que os nordestinos levaram para essa região seus hábitos e costumes, que hoje podem ser observados tanto no folclore, com o boi-bumbá, como na política, com os desvios de comportamento.

Todavia, esse quadro começou a mudar a partir da Revolução de 1964, quando os generais-presidentes Médici e Geisel, gaúchos e descendentes de imigrantes, passaram a

incentivar a ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia, pelos sul-rio-grandenses, catarinenses e paranaenses. Esse processo migratório pude constatar pessoalmente, quando, como geólogo da Cia. de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), empresa estatal encarregada de fazer o mapeamento geológico básico do País, fiz parte da equipe executora do Projeto Alto Guaporé (1972/1974). Este projeto cobria cerca de 120.000 km² da região noroeste de Mato Grosso até a fronteira com a Bolívia, incluindo Cáceres e Barra do Bugres, nas cabeceiras dos Rios Paraguai e Vila Bela, no alto Guaporé, já na Bacia do Amazonas. Durante as campanhas de campo, dois aspectos, não geológicos, chamavam a nossa atenção: o som das motosserras, e os povoados com casas de madeira, cobertas com telhas do mesmo material. A ação dessas máquinas era mais notada na abertura de fazendas para criação de gado, financiadas pela Sudam, e em sua maioria propriedade de paulistas. Nos pequenos povoados, a novidade era a presença de gaúchos, catarinenses e paranaenses (a segunda geração – 1943/2003), que, com suas casas típicas de madeira, tornavam esses centros urbanos diferentes dos antigos da região. Outra característica desses colonos era a fartura da mesa, o que muito nos agradava. A diferença cultural entre os novos povoados e os vilarejos antigos era marcante, como também a integração que se processava, hoje marcada pela presença dos Centros de Tradição Gaúcha (CTG).

A preocupação dos militares com a integração política, econômica e cultural do País tem suas raízes em nossa história, como registra em seu livro **1808**, o escritor Laurentino Gomes (p. 328-329):

É preciso levar em conta que, dois séculos atrás, a unidade política e territorial do Brasil era muito frágil. Uma prova dessa fragilidade pôde ser medida na própria delegação brasileira enviada a Portugal para participar das votações das Cortes entre 1821 e 1822. Embora o Brasil tivesse direito a 65 deputados, só 46

compareceram às sessões em Lisboa, o que os deixava em minoria diante da representação portuguesa, composta por cem delegados. Apesar da inferioridade numérica, os brasileiros se dividiram nas votações. Os delegados das províncias do Pará, Maranhão, Piauí e Bahia se mantiveram fiéis à Coroa Portuguesa e votaram sistematicamente contra os interesses brasileiros das demais regiões. Numa nova demonstração de falta de consenso, em 1822 essas províncias do Norte e Nordeste não aderiram à Independência. D. Pedro I teve de recorrer à força militar para convencê-las a romper com Portugal. Mesmo assim, o ambiente político brasileiro continuaria instável ainda por muitas décadas, sujeito a inúmeras rebeliões e movimentos separatistas regionais.

Um marco histórico que levará a bom termo o processo de integração política, econômica e cultural do Brasil, iniciada em 1500, e que foi acelerada com a construção de Brasília, eliminando de vez com as diferenças regionais, será a construção da Ferrovia de Dom Bosco. Esta ferrovia, pelo seu traçado e ramificações, coloca-se também como via de integração de toda a América do Sul, acabando, conseqüentemente, com o isolamento histórico entre os países do continente.

A FERROVIA DE DOM BOSCO

O Eixo Central

O eixo central imaginado para a Ferrovia de Dom Bosco (Figura 2), com base no sonho visionário, tem início na cidade de Cartagena, na Colômbia, e a partir daí segue em direção a Caracas, na Venezuela, de onde toma o rumo sul, passando sucessivamente pelas cidades brasileiras de Boa Vista-RR, Manaus-AM, Porto Velho-RO, Cuiabá-MT e Campo Grande-MS. Desta cidade continua rumo sul para Assunção, no Paraguai, e Buenos Aires, na Argentina, de onde prossegue até atingir seu ponto final em Punta Arenas, no Chile. São cerca de 10.777km de um percurso que, começando no Mar das Antilhas, no extremo norte da América do Sul, termina no Estreito de Magalhães, no seu extremo sul, passando por um território de topografia favorável, pois em Boa Vista, no extremo norte da Bacia Amazônica, a altitude é de 85m; altitude que se repete no extremo sul, em Porto Velho, distante cerca de 1.686km. Em Cuiabá, o centro geográfico da América do Sul e divisor de águas das bacias do Amazonas e do Prata, distante 1.456km de Porto Velho, a altitude é de apenas 176m. De Cuiabá para o Sul, a cota é descendente, pois a região a ser percorrida até Buenos Aires situa-se na Bacia do Rio da Prata.

Não bastassem esses fatores extremamente importantes para o traçado da ferrovia – fato notado por Dom Bosco: “Não só as cordilheiras, mas também as cadeias de montanhas isoladas

FIGURA 2

A FERROVIA DE DOM BOSCO



naquelas planuras intermináveis eram por mim contempladas (o brasil?)” –, acresce ainda que, em ambas as extremidades, ela faz junção com os dois maiores oceanos do globo, o Atlântico e o Pacífico. No extremo sul, esses oceanos estão ligados pelo Estreito de Magalhães, onde se localiza Punta Arenas. No extremo norte, em território colombiano, está projetada a construção de um canal para ligar esses dois oceanos ao nível do mar. O valor estratégico combinado desses fatores, o Estreito de Magalhães, o Canal Colombiano e a Ferrovia de Dom Bosco, faz crer que realmente esta ferrovia transcontinental, que supera a famosa Transiberiana com seus 9.000km (de Moscou a Vladivostok), é de inspiração divina e foi concebida para colocar os países da América do Sul num plano superior no concerto das nações.

QUILOMETRAGENS (APROXIMADAS)

Cartagena/Fronteira Colômbia-Venezuela.....	300 km
Fronteira Colômbia.Venezuela/Caracas.....	800 km
Caracas/Fronteira Venezuela-Brasil.....	200 km
Fronteira Venezuela-Brasil/Boa Vista-RR.....	220 km
Boa Vista/Manaus-AM.....	785 km
Manaus/Porto Velho-RO.....	901 km
Porto Velho/Cuiabá-MT.....	1.456 km
Cuiabá/Campo Grande-MS.....	694 km
Campo Grande/Ponta Porá-MS (Fronteira com o Paraguai).....	336 km
Ponta Porá (Fronteira com o Paraguai)/Assunção.....	340 km
Assunção/Buenos Aires.....	1.345 km
Buenos Aires/Punta Arenas.....	2.400 km

RESUMO

Colômbia.....	300 km
Venezuela.....	2.000 km
Brasil.....	4.392 km
Paraguai.....	340 km
Argentina.....	3.620 km
Chile.....	125 km
Total.....	10.777Km

A Via Leste

A Via Leste, pelo que disse o jovem guia de Dom Bosco, faz parte do mesmo plano superior: “Note Bem! Observe! Viajaremos ao longo da cordilheira. O Sr. tem estrada aberta também para leste, até o mar. É outro dom de N. Senhor”. Para seguir para o mar, rumo ao leste, percorrendo em sua maior extensão esse “outro dom de N. Senhor”, o ponto de partida situa-se em Porto Velho, em Rondônia, a cidade mais a oeste do eixo central, e o ponto final na cidade portuária do Recife, em Pernambuco, no extremo leste do continente. Este trajeto, praticamente em linha reta, tem cerca de 3.200km e a topografia também é favorável, pois em Palmas, capital do Estado do Tocantins, situada a meio caminho desses pontos extremos, a altitude gira em torno de 200m. A distância Porto Velho-Palmas é de aproximadamente 1.700km e de Palmas a Recife, cerca de 1.500km. Além disso, Palmas esta situada no eixo da Ferrovia Norte-Sul, a qual com seus 1.550km, quando prontos, ligará os Estados do Maranhão, Tocantins e Goiás ao sistema ferroviário sul. No seu extremo norte, no Estado do Maranhão, a conexão

se faz com a Estrada de Ferro Carajás, que termina no Porto de Itaqui, em São Luís. A sinergia entre essas três importantes ferrovias e seus terminais portuários, somada às demandas do agronegócio, serão fatores determinantes para transformar o Brasil central numa região privilegiada para produzir alimentos para um mundo faminto. Como disse o guia de Dom Bosco: “É outro dom de N. Senhor”.

Até que todo esse sistema de infra-estrutura de transporte e portuária esteja pronto para dar vazão à produção de cereais dessa região, principalmente soja, o que se deve fazer, agora, para atender os exportadores, é adequar os portos de Pernambuco e do Maranhão com recursos inovadores, como levar o porto aos navios, ao invés de esperá-los em cais superlotados e sem vagas. Segundo a imprensa, o porto de São Luís não exporta mais soja porque sua capacidade está esgotada. Neste caso, e nos demais portos brasileiros com dificuldades semelhantes, como o de Paranaguá, no Paraná, e o de Santos, no litoral paulista, o mais indicado para desafogá-los, e liberar rapidamente os navios, é improvisar um sistema onde um navio, devidamente preparado, fique ao largo, ancorado em determinado ponto, para receber, através de dutos flutuantes, a soja, que será transferida para os navios graneleiros, diretamente, ou aí armazenada para embarque posterior.

Os navios graneleiros, por sua vez, usariam suas âncoras para se posicionarem próximos desses portos flutuantes e receberem sua carga através de dutos, como se faz no abastecimento de navios de guerra em alto-mar. Esta solução pode variar de um porto para outro, em função das peculiaridades de cada um, inclusive o ponto de ancoragem, que poderá ser flutuante, se usados navios adaptados, ou fixo, como as plataformas de petróleo, ou os “caixotes” usados pelas tropas

aliadas na invasão da Normandia durante a Segunda Guerra Mundial. As opções são várias, o que comandará a escolha do método será a rapidez no carregamento, a liberação dos navios e os custos operacionais. Neste caso deve-se estudar também a possibilidade de utilizar-se navios desativados para servirem de silos para armazenar grãos, desafogando, conseqüentemente, as instalações portuárias e liberando mais rapidamente caminhões ou trens que transportam grãos para exportação. Além disso, esses silos adaptados podem ser deslocados para as docas flutuantes e transferirem suas cargas para os navios graneleiros, utilizando para isso seu próprio sistema de força, o que os tornam unidades autônomas em termos operacionais, agilizando ainda mais o processo exportador. Iniciativas como essas podem, também, ser adotadas em grandes portos fluviais, como Manaus e Belém.

A Variante “A”

A Variante “A” é uma alternativa que possibilitará incluir a Bolívia e o norte da Argentina na área de influência da Ferrovia de Dom Bosco. Essa ligação poderá ser feita a partir da cidade de Porto Velho, no Estado de Rondônia, onde tem início a Via Leste, seguindo um traçado que cortará de norte a sul a região sub-andina da Bolívia, sua nova fronteira agrícola, passando por Santa Cruz de la Sierra até atingir a cidade argentina de Salta, onde fará ligação com o sistema ferroviário desse país que demanda a Buenos Aires. É uma variante importante, pois de Porto Velho a Santa Cruz são cerca de 1.000km, e desta cidade até a divisa com a Argentina outros 600km. Desta divisa até Salta, deve-se acrescentar 300km e, a partir daí, até Buenos Aires, mais 1.800km. No total são 3.700km, sendo 1.900km de novas

ferrovias (625km no Brasil, 975km na Bolívia e 300km na Argentina). Como fator adicional para valorizar a Variante “A”, deve-se ressaltar que, em Santa Cruz de la Sierra, essa variante fará junção com a ferrovia que, partindo desta cidade, liga o leste boliviano ao sistema ferroviário brasileiro, em Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, e com o Eixo Central, em Campo Grande, no mesmo Estado. O percurso total até este ponto é de 1.000km, sendo 625km na Bolívia e 375km no Brasil.

A Variante “B”

A Variante “B” é uma via que já está pronta. Formada pelo sistema ferroviário brasileiro, ela parte de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, rumo ao sul, atravessando os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul até atingir a fronteira com a Argentina, em Uruguaiana/Passo de los Libres, num percurso de 2.832km. Desta cidade, onde se conecta com o sistema ferroviário argentino, segue para Buenos Aires, cumprindo um trajeto de aproximadamente 900km. A partir de Campo Grande, portanto, a Ferrovia de Dom Bosco bifurca-se, seguindo o Eixo Central para Assunção e Buenos Aires num percurso de 2.021km, e a Variante “B” pelo sistema ferroviário brasileiro/argentino até atingir o mesmo destino, totalizando cerca de 3.732km, onde voltam a se encontrar para prosseguir numa só via até Punta Arenas, no Chile. Um ramal adicional, com cerca de 890km, ligando Porto Alegre a Montevideú, colocará também o Uruguai no roteiro da Ferrovia de Dom Bosco, aumentando ainda mais o poder de integração continental desta ferrovia e fortalecendo os laços econômicos do Mercosul.

QUILOMETRAGENS (APROXIMADAS)

Campo Grande/São Paulo.....	1.014 km
São Paulo/Curitiba.....	408 km
Curitiba/Florianópolis.....	300 km
Florianópolis/Porto Alegre.....	476 km
Porto Alegre/Uruguaiana.....	634 km
Uruguaiana/Pass de los Libres/Buenos Aires.....	900 km
Porto Alegre/Montevidéu.....	890 km

A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Os *novos horizontes*, visados pela terceira geração dos imigrantes, são aqueles percorridos por Dom Bosco em sua viagem ferroviária, ou seja, de Cartagena, na Colômbia, a Punta Arenas, no Chile, e a extensão leste até o mar, o “outro dom de N. Senhor”, como frisa seu jovem guia. A simbologia desse traçado é clara e demonstra que o território descrito compreende toda a América do Sul, pois, como num Arco, os Andes representam a haste; a ferrovia, a corda; e a extensão leste, a flecha. O Arco é a arma fundamental dos nativos deste continente, para defesa, ataque e subsistência. Para isso, os índios do Rio Negro construíram o mais longo arco até agora conhecido, com 3m de comprimento. Portanto esse vasto território é franqueado aos sul-americanos para seu sustento, mas, como seus guerreiros ancestrais, devem defendê-lo e preservá-lo para si e para seus descendentes, pois é uma terra prometida. Confiada nessa promessa, a atual geração deve meter mãos à obra e ocupar esse território para acabar com a miséria que assola o continente, pela ação maléfica de uma elite retrógrada e uma população de miseráveis alienados e omissos.

Migrações e Desenvolvimento

Nesse contexto a Via Leste representa para a população pobre do Nordeste brasileiro sua redenção, mas, para que isto aconteça, devem lutar para que ela seja construída e ocupar os

territórios a serem liberados para colonização ao longo de seu percurso. Igual procedimento devem adotar os excluídos que superlotam as favelas das metrópoles brasileiras e sul-americanas, migrando para os territórios a serem colonizados ao longo da Ferrovia de Dom Bosco e suas ramificações. Para que tais migrações tragam realmente benefícios para os migrantes, é preciso que se organizem em comunidades produtivas – cooperativas –, as quais contribuirão não só para enriquecê-los, como também, no caso nordestino, o próprio Nordeste, pois essa ferrovia, se construída, mudará a face econômica e social desta região, hoje subdesenvolvida, transformando-a num entreposto comercial e base industrial para abastecer o Brasil Central e os países vizinhos da América do Sul, e o Porto de Recife num dos principais do Atlântico Sul.

Para o Brasil Central, por sua vez, a Via Leste representará o mesmo motor de desenvolvimento econômico e social que representou para a Região Centro-Oeste a construção de Brasília na década de 60 do século passado, e fator de integração nacional, como foi o Rio São Francisco, até a época imperial, para o eixo nordeste-sudeste. Além disso, essa ferrovia colocará aquela isolada região em contato direto com portos marítimos de primeira ordem, como o do Recife, em Pernambuco, e de São Luís, no Maranhão, melhorando assim a competitividade de seus produtos, principalmente os do agronegócio, e barateando o custo de vida regional, um dos mais altos do País, devido às dificuldades de transporte. Além do mais, seu traçado este-oeste rompe com a tendência de se construir vias de transportes norte-sul, abrindo assim um novo eixo de desenvolvimento para o País.

As Reservas Indígenas

Todavia, ao se deslanchar um movimento migratório em escala continental e a ocupação de um território tão vasto, é

preciso ter em mente que tudo deve ser planejado nos mínimos detalhes, evitando-se, conseqüentemente, todos os tipos de improvisações, pois são muitos os desafios a serem enfrentados em uma empreitada como essa. Nesse contexto, destacam-se as questões relacionadas às chamadas reservas indígenas, vastas extensões de terras bloqueadas para abrigarem pequeno número de nativos, razão porque acabam gerando conflitos de toda ordem, os quais prejudicam não só os invasores dessas reservas, mas também os próprios nativos, como bem exemplifica o que se passa no Estado de Roraima. Para evitar impasses como esse e garantir a integridade das comunidades e do meio ambiente em que vivem, é necessário que tais territórios sejam declarados reservas “naturais” e não “indígenas”, dentro das quais nada poderá ser tocado, a não ser o que os nativos usam para se manterem em seu estado natural.

O Papel das Forças Armadas

Para impedir interferências externas, deve-se confiar às Forças Armadas o controle total dessas reservas naturais para, assim, poderem monitorar não só o que se passa dentro delas, mas também nos seus arredores. Além disso, as dimensões dessas reservas devem ser compatíveis com as necessidades de seus habitantes, evitando-se demarcações que extrapolem esses limites. Aqui é bom lembrar que além de terem competência profissional e constitucional para fazer esse trabalho, as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) têm necessidade de manterem-se atualizadas com os avanços da ciência e da tecnologia necessários à defesa nacional, e de treinarem seu pessoal para quaisquer emergências. Neste contexto, o uso de satélites privativos das Forças Armadas, com os mais variados sensores, de aviões sem piloto para sobrevoarem longas distâncias

para coleta de informações e o uso de equipamentos eletrônicos para levantar dados no terreno, inclusive monitorando tribos indígenas localizadas, mas não contactadas, poderão ser feitos de uma maneira econômica e estratégica e disponibilizado para os órgãos públicos e para a sociedade por meio de banco de dados acessível pela Internet. Com essas providências, muitas das terras hoje bloqueadas poderão ser liberadas para os mais diversos fins, como colonização, reforma agrária, mineração, construção de ferrovias, dutos para petróleo e gás, hidrelétricas, etc., não só no território a ser ocupado, mas também em toda a Amazônia legal.

A Mineração

No caso da mineração, por exemplo, será possível conceder áreas para pesquisa e lavra sem restrições de espécie alguma, exceto àquelas relativas à preservação do meio ambiente, pois se trata do subsolo e este pertence à União e não a grupos, quaisquer que sejam. Neste caso – a concessão de áreas para mineração –, o que se deve proibir é a garimpagem que deixa atrás de si um rastro de destruição, já que os garimpeiros são meros aventureiros sem nenhum compromisso com a recomposição do meio ambiente, como bem exemplifica o megaburaco de Serra Pelada. Para evitar que as mineradoras autorizadas a operarem na Amazônia deixem atrás de si áreas degradadas, e não se responsabilizem pelas conseqüências, o que se deve fazer é exigir uma caução, representada por títulos do tesouro nacional, a serem depositados no Banco do Brasil, a qual será usada no momento apropriado para recuperar as áreas mineradas, caso este trabalho não seja feito nos termos da concessão de lavra.

A Gestão das Florestas Públicas

Outro empecilho à ocupação do território a ser desbravado pela Ferrovia de Dom Bosco e que pode travar o desenvolvimento econômico e social do Brasil são as tais concessões extrativistas da floresta amazônica (Lei de Gestão de Florestas Públicas). Esta “nova” política exploratória nada mais é do que uma repetição das Capitâneas Hereditárias, “nas quais se transferia, sob reservas limitadas e definidas, a soberania real aos donatários, dando-lhes jurisdição civil e criminal...” (Delta Larousse, 1979, p. 1.058). Esta privatização de um patrimônio da nação, a título de proteção do meio ambiente, pode trazer graves prejuízos para a sociedade, como sinaliza o caso dos empresários desonestos que, com títulos de propriedade fraudulentos, de vastas áreas cobertas de floresta virgem na Amazônia, inundadas por uma barragem, acionam na Justiça a União para receberem indenizações bilionárias. Imaginem o que irão exigir os novos donatários, se em algum momento o governo tentar reaver tais concessões, seja a que título for. É fácil prever o resultado, pois tais demandas acabam parando na Justiça, onde o poder público perde sempre, arcando o povo com as conseqüências.

Tais possibilidades já são objeto de questionamentos, como informa o Jornal *Estado de Minas* (8/10/2007, p. 12), em matéria intitulada *Alugam-se florestas*:

“A concessão de terras na Amazônia é medida adotada para combater o processo de desmatamento e ocupação ilegal de terras públicas. [...] A idéia de conceder florestas brasileiras a terceiros está longe de ser unanimidade, pois opositores acusam o governo de privatizar a Amazônia. O presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Florestais, Carlos Adolfo Bentel, diz que não foi feita pesquisa para saber o impacto do projeto. ‘Faltou aprofundar mais as discussões sobre o tema. Quem garante que o dono da concessionária não fará biopirataria?’,

questiona. Bentel diz que o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não tem capacidade de fiscalizar as concessões. Tarso Rezende rebate, afirmando que a fiscalização das concessões será feita por um comitê que visitará as terras alugadas de três em três anos.” (Sic).

Pelo que se nota dessas informações, o cerne da questão está na incapacidade dos órgãos governamentais encarregados da proteção do meio ambiente de exercerem com competência e eficiência suas atribuições legais. Neste caso, ao invés de “alugar” um bem público, privatizando-o, por que o governo federal não confia essa tarefa às Forças Armadas, que, em conjunto com a Polícia Federal, pode executá-la com eficiência, servindo esta missão, inclusive, para treinar seus efetivos para proteger não só essas áreas específicas, como também a Amazônia Legal e outras regiões problemáticas, como a Faixa de Fronteira, a Mata Atlântica e a Zona Costeira?

A Ferrovia como Instrumento de Proteção das Florestas

O que realmente pode proteger as florestas da Amazônia, e de outras regiões do País, como o Pantanal Mato-Grossense, da destruição por posseiros, madeireiras e invasores de toda ordem, é construir ferrovias em lugar de rodovias. As ferrovias, ao contrário das rodovias, não permitem o acesso amplo, geral e irrestrito a qualquer local de seu traçado, pois os comboios são programados para pararem em pontos específicos: as estações. Estas, inclusive, podem ser construídas de acordo com um planejamento que contemple todos os interesses em jogo, como parques florestais, áreas de preservação ambiental, territórios indígenas, colônias agrícolas, etc. Nesse contexto, a Ferrovia de Dom Bosco se coloca como instrumento privilegiado para

promover, de forma ordenada, não só a ocupação da Amazônia Ocidental, do Brasil Central, e da parte central da América do Sul, como também estimular o turismo ecológico nessa vasta região, o qual, quando praticado sem regras claras e limites definidos, acaba destruindo o meio ambiente, tanto, ou mais, que muitos invasores ilegais. Para compensar os desmatamentos programados para a construção da Ferrovia de Dom Bosco e suas ramificações, o governo federal poderá estabelecer um plano de recuperação das matas ciliares para todo o País, pois só no Estado de São Paulo existem 1 milhão de hectares de áreas ciliares que precisam ser recuperados, assunto este tratado no Capítulo 6.

As Hidrelétricas

Para facilitar a instalação de hidrelétricas na região amazônica, tirando disso o melhor proveito, e evitar erros cometidos em outras regiões do País, e na própria Amazônia, com empreendimentos semelhantes, a primeira providência será delimitar a área a ser inundada e definir os limites de uma franja da floresta nativa bordejando todo o lago a ser formado, a qual será considerada área de proteção ambiental e confiada à guarda da concessionária, que arcará com os custos decorrentes de sua manutenção e responsabilizada em caso de danos à sua integridade. Com tais medidas será possível não só retirar com antecedência, e de forma planejada, a cobertura vegetal e a fauna da área a ser inundada, como também evitar a instalação nas margens do lago de agentes poluidores como fazendas, clubes, condomínios, etc., fato observado com frequência nas regiões Sul e Sudeste do País. A extração antecipada da cobertura vegetal da área a ser inundada tem como objetivos principais: a) evitar os erros de passado recente quando áreas cobertas de florestas

foram inundadas, acarretando não só a perda de madeiras valiosas, que poderiam ser comercializadas, como também provocando reações químicas que acabaram por danificar as instalações das usinas, além de outras aberrações, como a corrida para salvar a fauna silvestre remanescente ou a retirada, por mergulhadores aventureiros, de madeiras nobres do fundo do lago; b) permitir que se faça um inventário dos extratos arbóreos, o qual servirá de padrão para se reavaliar o patrimônio florestal da Amazônia em termos científicos e econômicos, tendo como base os conhecimentos já adquiridos, como, por exemplo, os dados levantados pelo projeto RADAM; c) fazer um levantamento dos recursos minerais existentes, para evitar eventuais perdas de jazimentos econômicos ou estratégicos.

Para facilitar a consulta das informações obtidas nessa fase, com a participação da comunidade científica, a concessionária deverá criar um Banco de Dados acessível pela Internet. Uma medida que realmente contribuiria para preservar o ecossistema da Bacia Amazônica, mantendo-o em seu estado natural, seria o controle da ocupação das áreas inundáveis sazonalmente, o que evitaria problemas de toda ordem, a começar pelo drama das populações atingidas por essas cheias periódicas. Neste caso não existe nenhum plano de ocupação desse vasto território e muito menos um planejamento estratégico para disciplinar essa atividade nas próximas décadas, embora este problema só tende a se agravar à medida que a pressão demográfica aumenta, seja pela imigração, ou crescimento natural da população local.

A Indústria Moveleira

Com base nas informações obtidas no processo de implantação das hidrelétricas, o Governo Federal poderá planejar e disciplinar a exploração madeireira na Amazônia Legal, evitando

a superoferta e a conseqüente depreciação desse bem valioso que, a cada dia, torna-se mais escasso no mercado mundial. Para reforçar esta medida e valorizar ainda mais esse produto nobre, o governo deverá estimular a instalação na região amazônica de indústrias moveleiras, e proibir a exportação de madeiras brutas ou semi-acabadas. Esta medida deve ser tomada no contexto de uma política que leve em conta todas as atividades de ocupação da Amazônia, modificando hábitos e costumes que têm posto em risco esse patrimônio da nação e colocado a comunidade internacional contra sua exploração econômica.

O primeiro passo nesse sentido é proibir a prática criminosa das queimadas, sob quaisquer pretextos, e a produção de carvão vegetal para uso na indústria siderúrgica. Com estas duas medidas práticas e eficientes, o desmatamento predatório terá paradeiro, sem muitos gastos na fiscalização, pois para isso basta o uso de satélites e a participação das Forças Armadas para monitorar toda a região amazônica, dispensando inclusive a tal *Lei de Gestão das Florestas Públicas*. Além disso, há necessidade de um plano estratégico para controlar não só a produção madeireira da Amazônia, em sua totalidade, aí incluídas a dos fazendeiros, dos núcleos de assentados, da execução de obras públicas, como rodovias, ferrovias, dutos, etc., mas também as necessidades do mercado nacional e internacional. Neste particular é fundamental que o Governo Federal tenha em mãos um levantamento completo do quadro madeireiro mundial e das reservas existentes, para formular uma política visando ao domínio pelo Brasil deste segmento da economia global ao longo do século XXI.

Nesse recenseamento é necessário que se dê destaque ao patrimônio remanescente de pau-brasil e outras madeiras nobres, como o jequitibá, para que voltem a ser usadas para diversos fins, porém de forma criteriosa e controlada. Para isso o poder público deve aproveitar as comemorações do Dia da Árvore para estimular a plantação dessas espécies nas principais praças das

idades brasileiras, nos jardins das sedes dos governos, ou em pequenos bosques no perímetro urbano, para que, em 2022, ano do bicentenário da independência, haja em todo o País pelo menos um exemplar de pau-brasil em cada cidade brasileira. Além disso, o Governo Federal deve promover o replantio dessas árvores em seu meio natural, principalmente nas Áreas de Proteção Ambiental, para formar uma reserva nacional visando às futuras gerações.

PARTE II

A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

O Meio Ambiente

A construção da Ferrovia de Dom Bosco, da Via Leste e da Variante “A” e a ocupação dos territórios por elas cortados acarretarão uma mudança radical no meio ambiente da América do Sul, afetando direta ou indiretamente todos os ecossistemas do continente. Para que esse processo seja levado a efeito de maneira ordenada e conte com o apoio da comunidade internacional, é necessária uma participação efetiva da população e dos governantes sul-americanos, pois se trata de um empreendimento que comporta riscos e, por isso mesmo, deve-se levar em conta não só a experiência acumulada pelos povos sul-americanos nos últimos quinhentos anos, como também a dos norte-americanos e canadenses com a ocupação de seus territórios e a construção de ferrovias transcontinentais. As mudanças que ocorrerão com o processo de ocupação do território sul-americano, até agora restrito ao litoral e que neste início de milênio se volta para dentro do continente, serão, portanto, inevitáveis. Neste particular, a utilização do traçado da Ferrovia de Dom Bosco e de suas ramificações, como a Via Leste e a Variante “A”, para a implantação do gasoduto Venezuela/Brasil/Argentina, e de uma rede rodoviária

continental, reduziria substancialmente o impacto ambiental desses empreendimentos. Caso necessitem passar por “Reservas Naturais”, ou áreas de proteção ambiental, uma outra medida preventiva poderá ser adotada: a utilização de pilotis para a sustentação das estruturas, pois, com este recurso aéreo, os danos ao meio ambiente e a interferência no ecossistema seriam minimizados, evitando-se, inclusive, o contato direto de estranhos com os indígenas. O que deve ser feito prioritariamente para preservar o meio ambiente naquilo de essencial é planejar essa ocupação tendo em vista todos os interesses em jogo e não apenas uma maniqueísta política conservacionista que não leva em conta um dado fundamental para a sobrevivência do ser humano: a produção de alimentos.

A Produção de Alimentos

Em escala global, a carência desse elemento vital para a humanidade pode ser medida em bilhões de seres famintos, e no Brasil e na América do Sul, na casa dos milhões. Para ser ter idéia da dimensão dessa tragédia, **que a terceira geração vivenciará**, basta atentar para as seguintes informações constantes de artigo do jornalista Antônio Machado, em sua Coluna *Brasil S/A*, no Jornal *Estado de Minas* (9/11/2005, p.15):

“A ser mantido o padrão de consumo verificado nos EUA – segundo estudo do Earth Policy Institute, ONG criada pelo respeitado pensador e economista Lester Brown, em Washington –, o mundo entrará numa série crise. O colapso de recursos naturais se tornaria inevitável. [...] Exemplo: mesmo considerando ganhos em produtividade, o suprimento do consumo de grãos pela China, mantido o padrão atual, exigiria a derrubada total da floresta amazônica. Hoje, o consumo chinês de grãos é de 382 milhões de toneladas, contra 278 milhões nos EUA. Em 2031, a China consumiria 67% da produção mundial,

que seria de 2 bilhões, deixando quase nada para o resto. Das cinco commodities básicas – grãos, carne, carvão, aço e óleo – o consumo chinês só não eclipsou o dos EUA, o maior do mundo, no caso de petróleo. Impressiona a velocidade do crescimento. À época da Revolução Cultural, anos 70, houve casos de canibalismo. Carne estava fora do cardápio chinês até 1974. Hoje, consome 64 milhões de toneladas, contra 38 milhões nos EUA, pátria do hambúrguer. [...] A Índia vai na mesma trilha: o PIB cresce 7% ao ano e sua população passará a da China em 2030. Haverá oferta para tanta gente?”

Nesse jogo de xadrez global, que é a segurança alimentar, no qual prevalece o planejamento estratégico, a China já se adianta e move suas peças em direção à África, onde espera criar fontes alternativas de abastecimento. Além disso, está atenta a possíveis mudanças climáticas que afetarão a produção de alimentos, como informa o *Jornal Estado de Minas* (4/1/2007, p. 18), em matéria intitulada *China alerta população para prejuízos à agricultura*.

Mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global irão causar danos ao meio ambiente e à economia da China nas próximas décadas, e podem reduzir consideravelmente sua produção agrícola. O Alerta está no texto de apresentação de um estudo feito por funcionários de seis departamentos governamentais, em conjunto, e divulgado ontem em Pequim. A Agência de Notícias Nova China reproduziu trechos do relatório, e um deles dizia o seguinte: “A mudança climática irá aumentar a instabilidade da produção agrícola. Se não forem tomadas as providências necessárias, na segunda metade do século haverá uma redução de até 37% na produção de trigo, milho e arroz na China”.

De outra parte, os países árabes produtores de petróleo, que agora, como cigarras desatentas, desfrutam dessa riqueza passageira, sentirão os efeitos da carência alimentícia quando secarem seus poços de petróleo e mananciais aquíferos. Neste momento, que acontecerá ainda na terceira geração, a Europa pagará um preço alto, pois para aí migrarão as massas dos

necessitados desses países mulçumanos, alguns dos quais, nessa ocasião, já terão dominado os segredos do átomo, hoje detidos apenas pelo Paquistão, e nada poderá detê-los, a não ser a guerra atômica (aqui é bom lembrar que o Brasil não tem bombas atômicas, portanto, que se cuide!). Nessa caminhada, para piorar a situação, terão a companhia de outros povos famintos e sedentos do norte da África, em sua maioria mulçumanos. Assim, a Europa, que durante a Segunda Guerra Mundial sofreu a tragédia da fome coletiva e, em função desta experiência dolorosa, fez um pacto estratégico – produzir alimentos a qualquer preço –, para garantir a segurança alimentar de sua gente, daí os pesados subsídios agrícolas da UE, acabará novamente sendo vítima dessa desgraça pela incúria e falta de planejamento de outros povos.

Diante de um quadro apocalíptico como esse, o que faz o governo brasileiro para proteger a população do País da fome mundial que se avizinha e da brutal procura de alimentos por parte dessas potências nucleares e de outros povos famintos que vasculharão cada milímetro do globo à procura de terras para produzirem alimentos, sem medir para isso custos e conseqüências, pois o que estará em jogo é a sobrevivência e neste caso a lei do mais forte fala mais alto? A resposta é um paradoxo que só governantes irresponsáveis, alienados e imprevidentes adotam, ou seja, agravar essa situação com medidas contrárias ao bom senso e sem nenhum planejamento estratégico, como é a utilização de terras agriculturáveis para produzir biocombustíveis, ao invés de alimentos.

A Produção de Biocombustíveis

A decisão do governo Lula de priorizar a produção de biocombustíveis deve ser revista, principalmente no que diz

respeito ao programa de álcool combustível a partir da cana-de-açúcar. Este programa deve ser repensado por vários motivos: o primeiro deles é evitar a repetição das conseqüências nefastas dessa monocultura concentradora de terras e de rendas que deixa atrás de si graves distorções na economia e uma massa de miseráveis que as gerações seguintes terão de sustentar, como acontece com a herança escravocrata, fato denunciado de longa data por Gilberto Freyre em sua obra *Casa-Grande & Senzala*. O impacto concentrador dessa monocultura latifundiária, anula, na prática, os dois principais mecanismos de justiça social, que são a reforma agrária e a redistribuição de rendas. Então, como falar de reforma agrária e justiça social, se os governantes brasileiros e os organismos internacionais financiam a expansão desses latifúndios? O resultado desta política cínica é que os *sem-terra* ficam lutando por míseras datas, tomadas de legítimos proprietários, passando, portanto, por malfeitores, enquanto os usineiros têm todas as facilidades para expandirem seus latifúndios às custas de terras devolutas, principalmente na Amazônia Legal e no Pantanal Mato-Grossense. Nestes casos esses pilantras são classificados como empresários empreendedores dignos de respeito e consideração e não meros posseiros fora-da-lei.

Mas isso tudo é só o começo de uma tragédia global, pois durante a última visita do Presidente George Bush ao Brasil – quando Lula confundiu acesso comercial com assédio sexual, ao dizer que queria atingir o ponto G de Bush, para penetrar no mercado americano (Sic) –, foi assinado acordo para difundir a tecnologia dos biocombustíveis na América Central e no Caribe, com vistas a transformar as repúblicas bananas dessas regiões em repúblicas do etanol. Trata-se de um paradoxo global, pois se, de um lado, Lula tenta difundir seu assistencialista “Fome Zero”, de outro contribui para acelerar a tragédia da fome global que se aproxima, ao propor transformar terras produtoras de

alimentos em meras geradoras de combustíveis. Para se ter uma idéia das propostas mirabolantes sobre esse assunto que rolam por aí, basta citar uma, de uma universidade paulista: a proposta é de o Brasil substituir, em vinte anos, 10% da gasolina consumida no mundo todo, por álcool de cana-de-açúcar. Neste caso as exportações passariam dos atuais 2,5 bilhões de litros por ano para 200 bilhões! Considerando a rentabilidade dessa cultura ante a de outros produtos agrícolas, é fácil concluir que não restará no País, e no mundo, um só metro quadrado para a produção de alimentos, restando aos agricultores, como única opção, a produção de outras drogas.

A propósito, eis o que escreve o jornalista Mário Fontana, em sua coluna no *Jornal Estado de Minas* (9/3/2007, p. 3):

Com a declaração do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, de que é favorável à legalização das drogas, fez voltar à tona assunto polêmico que tem dividido opiniões em todo o mundo. Com a legalização, haveria o fim da guerra do tráfico e da mortalidade de jovens. No entanto, no Brasil, a medida poderia ter conseqüências desastrosas para a agricultura: todo mundo iria querer plantar maconha e cultivar coca. Já Pensaram?

A resposta é sim! Alguém já pensou e tomou providências a respeito, não sobre essas drogas pesadas, mas sobre o etanol, como é o caso do Prefeito de Rio Verde, em Goiás. Segundo noticiário do jornal eletrônico *O Progresso* (Dourados, 11/2/2007):

O prefeito Paulo Roberto Cunha, de Rio Verde, em Goiás, restringiu o plantio para cana em apenas 10% de toda a área destinada à agricultura do município, equivalente a 50 mil hectares. Com a medida veio não só a polêmica como também o interesse de outros três municípios goianos em adotar a mesma medida: Mineiros, Santa Helena e Quirinópolis encaminharam pedidos de cópias do projeto para estudar a idéia.

As Usinas da Miséria

Os prefeitos de outros municípios brasileiros que não tiveram a mesma visão estratégica do prefeito de Rio Verde estão pagando caro por suas imprevidências, como mostra uma série de reportagens do Jornal *Estado de Minas*, intituladas *Usinas da Miséria*. Na primeira dessas reportagens – *Terra de Ninguém* (13/5/2007) –, o jornal informava:

“A febre da cana-de-açúcar está transformando alguns municípios do Triângulo Mineiro, uma das regiões mais tradicionais de Minas Gerais, em abrigos de bandidos e miseráveis. Uma verdadeira terra de ninguém. Impulsionados pelo interesse do governo dos EUA no etanol brasileiro, usineiros alagoanos e paulistas passaram a disputar, palmo a palmo, cada pedaço de terra da região. [...] Assaltos à mão armada, assassinatos em série e tráficos de drogas e de menores viraram rotina em cidades do Triângulo Mineiro que até pouco tempo viviam em paz e harmonia. A onda de criminalidade é seqüela da febre da cana-de-açúcar, que vem substituindo pastagens e áreas de agricultura. Em quatro anos, usineiros alagoanos e paulistas plantaram 300 mil hectares dessa monocultura, no embalo do promissor etanol. [...] Iludidos por uma rede de ‘gatos’ (intermediários de trabalhadores rurais), com a promessa de emprego digno, todos os anos mais de 20 mil bóias-frias do Maranhão, de Alagoas e outros estados nordestinos se deslocam ao Triângulo Mineiro e ao Alto Paranaíba para trabalhar no corte da cana. [...] Em Delta, cuja população de 5 mil habitantes dobra nas safras, não existe hotel, mas funcionam 27 boates e casas de prostituição. O prefeito José Eustáquio da Silva admite o colapso do município”.

Em outra reportagem – *Canaviais ameaçam a produção de grãos* (15/5/2007) –, o jornal informava:

“Contratada com um salário fixo de R\$ 800 para trabalhar na colheita de batatas, a lavradora Maria Guia Pereira perdeu o sono depois que uma usina alagoana de açúcar e álcool, a Triunfo,

foi instalada nos arredores do município de Santa Juliana, no Alto Paranaíba. A exemplo dos demais trabalhadores rurais da região, ela tem medo de perder o emprego. ‘O pessoal daqui de Minas não sabe cortar cana não, seu moço. Isso é trabalho para maranhense e alagoano. Meu marido, que ganha em torno de R\$ 900, também não entende de cana. Então, vai começar a faltar emprego’, prevê Maria Guia. O patrão da lavradora, o fazendeiro Antônio Ferreira Guimarães, também anda preocupado com a febre do álcool que passou a contagiar a região. Segundo ele, toda a riqueza do município, que tem batido recordes consecutivos na produção de batata, cenoura e alho, está ameaçada. Antônio lembra que a agricultura e a pecuária são responsáveis por 80% da arrecadação de Santa Juliana. ‘Saem daqui, por dia, 70 caminhões lotados de batata para São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Então, está claro que vai faltar alimento se houver só cana-de-açúcar’, afirma Guimarães. [...] O impacto da cana preocupa também os moradores de Iraí, outro pólo importante na produção de grãos em Minas. Vizinho de Nova Ponte, onde em breve será construída uma usina de açúcar e álcool, o município começa a ser tomado por canaviais. As plantações já chegaram ao perímetro urbano. Colonizado por agricultores gaúchos, que introduziram a soja no seu território na década de 1980, Iraí tem 27 mil hectares de soja, café e feijão. Segundo estudo da cooperativa agrícola local, em cinco anos cerca de 10 mil hectares da área hoje destinada à agricultura no município estarão tomados pelos canaviais. ‘Não podemos breçar o desenvolvimento, mas o surgimento dos problemas sociais será inevitável’, diz o vice-prefeito João Batista Pires.”

A Ação dos Especuladores em *Commodities*

O segundo motivo para repensar o programa de álcool de cana-de-açúcar como combustível relaciona-se ao jogo sujo que os usineiros praticam aproveitando a dupla finalidade dessa

cultura, ou seja, ora produzem mais álcool, ora mais açúcar, em função dos preços de mercado, que manipulam em benefício próprio e em detrimento da população, como bem exemplificam os aumentos sucessivos do preço do álcool, na entressafra, quando qualquer pretexto serve, como o apagão aéreo, ou do açúcar quando a safra está em franca produção, neste caso alegando a crescente procura mundial, seja pela retirada dos subsídios por parte da União Européia, ou por causa de secas na Índia. Esta manipulação já influencia o mercado mundial de alimentos, pois os produtores de grãos e os especuladores em *commodities* já perceberam que a dupla finalidade de muitos produtos agrícolas pode jogar os preços nas alturas, em função da insaciável fome mundial por alimentos e do crescente consumo de combustíveis. A consequência desse jogo de mercado é previsível: aumento da inflação, pois além da queda da produção de produtos agrícolas e o aumento da demanda, haverá efeitos colaterais que afetarão outros segmentos do agronegócio, como avicultura, pecuária, suinocultura, etc., que sentirão o aumento dos preços de seus insumos básicos. Nesse contexto, os maiores prejudicados serão aqueles que não poderão suportar os aumentos nos preços dos alimentos, a parcela mais pobre da população mundial e, conseqüentemente, a fome aumentará e com ela as tensões mundiais que acabarão em guerra. Um exemplo recente é o que está acontecendo com o milho no mercado mundial. Utilizado em larga escala nos Estados Unidos para produzir etanol, o preço deste produto subiu tanto que o governo do México teve de intervir no mercado doméstico, pois neste país o milho é a base da alimentação do povo, o qual saiu às ruas para protestar contra a carestia e exigir providências a respeito, o que foi feito rapidamente para evitar uma crise social.

Crises como essa ocorrerão em outros países, mas antes que tal aconteça os preços dos alimentos serão levados às alturas, provocando uma inflação em escala global, de conseqüências

imprevisíveis para a economia mundial, fato que já preocupa vários organismos internacionais, como informa o Jornal *Estado de Minas* (6/7/2007, p. 5), em reportagem sobre a participação de Lula num encontro sobre biocombustíveis realizado na Bélgica:

Na coletiva, o presidente também criticou o estudo divulgado na véspera pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que prevê que o preço dos alimentos deve continuar subindo nos próximos anos, devido ao aumento do uso de biocombustíveis. “Esse estudo deveria apresentar quanto os preços dos alimentos subiram depois do aumento do barril de petróleo, de US\$ 28 para US\$ 70”.

As Terras Agrícolas e o Cultivo da Cana

A resposta de Lula aos jornalistas nos EUA agora virou mantra no seu governo, pois foi repetida pelo Presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, em entrevista à *Revista Veja* (16/5/2007, p. 15):

“Veja – O cubano Fidel Castro e o coronel Hugo Chávez andam dizendo que a produção do etanol vai ser feita em prejuízo do plantio de alimentos. O senhor concorda com eles?

Gabrielli – De forma alguma. Ambos estão equivocados. O problema da fome no mundo não é de falta de comida e tampouco de áreas para plantar. O problema é distribuição dos alimentos e de falta de renda para adquiri-los. A cana ocupa, no Brasil, uma área muito menor do que ainda temos disponível para plantio. Há terras abandonadas por outros cultivos, que podem ser usadas. O desenvolvimento da cana vai inclusive recuperar áreas antes usadas pela pecuária. Com relação ao outro

problema, que é o da escassez de água, já que a cana consome muito, também não acredito que haja impacto negativo intransponível”.

Essa resposta merece alguns comentários, pelas contradições que encerra. Primeiro ele diz: “O problema da fome no mundo não é de falta de comida”. Depois acrescenta: “O problema é de distribuição dos alimentos e de falta de renda para adquiri-los”. Neste caso como explicar a fome existente no Brasil e o déficit na produção de grãos, que entre nós gira em torno de 40 milhões de toneladas, se tomados os parâmetros da ONU que estabelece uma produção mínima de 1.000 toneladas, por habitante, por ano, para garantir a segurança alimentar de qualquer país? Neste quadro insere-se o déficit na produção de trigo – para um consumo de 10,5 milhões de toneladas por ano, produzimos apenas 2,23 milhões de toneladas na safra 2006/2007 –; déficit este agravado pelo fato de a Argentina, que responde por cerca de 95% de nossas importações, ter barrado as exportações para impedir que seus derivados fiquem mais caros para os próprios argentinos, como informa, em entrevista ao *Jornal Estado de Minas* (5/8/2007, p. 2. Cad. Economia), o Presidente da Abitrigo, Francisco Samuel Hosken:

O mercado de trigo é o que está em maior ebulição mundial. Essa ebulição vem do fato de termos baixos estoques no mundo. São os menores dos últimos três anos e estão entre os mais baixos da história. Além de estoques em baixa, temos perspectivas de curto prazo de que não haverá crescimento de produção, principalmente pela redução da área plantada no Canadá, que é um dos exportadores mais importantes. Conseqüentemente, os preços devem se manter altos. O nível de preços hoje é o mais alto dos últimos 11 anos.

Quanto à disponibilidade de terras para plantio de cana, ele diz: “Há terras abandonadas por outros cultivos, que podem ser usadas. O desenvolvimento da cana vai inclusive recuperar

áreas antes usadas pela pecuária”. A pergunta é: que terras são essas? Onde estão? Quais são suas aptidões agrícolas? Sabe-se, pois, que a preferência absoluta dos usineiros é dirigida para o “filet mignon” das terras agriculturáveis do País: a zona da mata do Nordeste e as terras roxas do Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Nestes estados, inclusive, além da topografia favorável (plana), existe água em abundância e clima favorável. Falta mão-de-obra barata, mas isto eles vão buscar no inesgotável estoque que criaram na região canaveira do Nordeste, onde, após um cultivo de quinhentos anos, restou uma massa de miseráveis condicionados a suportar, calados, todos os tipos de exploração. Além disso, fala-se muito na extensão de terras disponíveis para o plantio de cana e para a produção de alimentos, resta saber quem fez esses cálculos e qual sua base. Quando se fala em milhões de hectares disponíveis, inclusive áreas degradadas ou usadas pela pecuária, a serem recuperadas, é preciso identificá-las e caracterizá-las. Elas incluem, por exemplo, o agreste e as caatingas nordestinas? As regiões montanhosas de Minas Gerais? Por que até agora não plantaram um pé de cana nesses vastos territórios? E as reservas naturais, as áreas de proteção ambiental, o Pantanal Mato-Grossense, a Floresta Amazônica, tudo isso foi retirado desses cálculos fabulosos? Para que tais argumentos mereçam crédito, é preciso mostrar a base de cálculos e não citar números aleatórios sem especificar as fontes, e ouvir o que dizem os representantes da agropecuária a respeito.

O Avanço da Cana sobre o Pasto

O Sr. Nelson Pineda – engenheiro, pecuarista e Diretor-técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu –, por exemplo, em artigo publicado no Caderno *Agropecuário* do Jornal *Estado de Minas* (14/5/2007, p. 2), sob o título *O avanço da cana sobre o pasto*, adverte:

“A indústria sucroalcooleira do Brasil vive dias de exuberância e expectativas ímpares. Graças à tecnologia usada na produção do etanol, o país ganhou prestígio e despertou o interesse de países desenvolvidos na busca por soluções que diminuam o impacto causado pela poluição na atmosfera. Mas a febre em torno do biocombustível pode trazer conseqüências desastrosas ao setor agropecuário. Com a perspectiva de que os investimentos estrangeiros vão aumentar consideravelmente nos próximos anos, muitos fazendeiros já pensam em trocar o gado pela cana-de-açúcar, num movimento sem paralelos que pode ter reflexos irreparáveis ao setor pecuarista, sobretudo no interior de São Paulo. [...] O empresário do campo não pode ficar refém da produção de etanol, principalmente porque está comprovado que existe vida além do mar de cana-de-açúcar vislumbrado por nossas autoridades. Se essa insistência se intensificar, a situação do setor pecuarista deve se agravar. Sem dinheiro para desenvolver tecnologia e ampliar a produção, o gado bovino nacional pode começar a gerar desconfiança nos mercados estrangeiros. Se canalizarmos a energia somente em torno da cana-de-açúcar, estaremos regredindo, numa espécie de retorno à monocultura dos tempos do Império. Um retrocesso que pode custar caro”.

Os Recursos Hídricos e os Biocombustíveis

Por último, o Presidente da Petrobrás diz: “Com relação ao outro problema, que é o da escassez de água, já que a cana consome muito, também não acredito que haja impacto negativo intransponível”. Resta saber como irá resolver essa transposição, já que não apresentou nenhum caminho e a questão da escassez de água não é tão simples assim, como informa o *Jornal Estado de Minas* (14/8/2007, p. 20), em matéria intitulada *Biocombustíveis podem drenar recursos hídricos*:

O aumento da produção de biocombustíveis, como parte das medidas de combate à emissão do gás causador do efeito estufa, pode significar um risco ainda maior de escassez de água no futuro, se não forem encontradas soluções práticas e inovadoras para uso sustentável dos recursos hídricos ainda disponíveis. O alerta foi dado pelo diretor do Comitê Científico do Instituto Internacional da Água (SIWI), Jan Lundqvist, para os 2,5 mil participantes da Semana Mundial da Água, em andamento na capital sueca. A conferência reúne representantes de 140 países, ONGs e agências das Nações Unidas voltadas para questões ambientais. Falando à BBC Brasil, Lundqvist defendeu a ênfase na água na discussão a respeito dos biocombustíveis porque, lembrou ele, todas as projeções sobre o crescimento da demanda do combustível natural indicam que pode haver efeitos perversos sobre as reservas existentes, já ameaçadas pelo uso do líquido na produção de alimentos, para uma população em contínua expansão. “Atualmente, a quantidade de água usada em todo o mundo na produção de alimentos é da ordem de 7 mil metros cúbicos por hectare. Em 2050, a previsão é de que essa quantidade aumente para 11 mil metros cúbicos, o que significa quase o dobro da água utilizada hoje”, observou Lundqvist. “E as projeções indicam que a água necessária para produzir biocombustíveis crescerá na mesma proporção que a demanda de água por alimentos, o que representaria a necessidade de 20 milhões a 30 milhões de quilômetros cúbicos em 2050. E isso não é possível”. O professor Peter Rogers, da Universidade de Harvard, advertiu, em entrevista à mesma rede de comunicação britânica, que a produção de biocombustíveis pode representar uma séria pressão adicional sobre o crescimento da irrigação em todo o mundo, além das conseqüências para a oferta de alimentos. Até o ano de 2050 a população mundial deverá crescer em até 3 bilhões de pessoas, um aumento de 50%. “A população mundial dobrou desde os anos 60 até agora. No mesmo período, o consumo de água aumentou seis vezes. Chegamos ao ponto em

que já se usa mais da metade dos recursos de água doce existentes no mundo. Quando a população global for novamente dobrada em quantidade, de onde virá a água?”, pergunta Rogers.

Além disso, é preciso ponderar as conseqüências de secas periódicas, ou as mudanças climáticas, que podem afetar a produção de cana e conseqüentemente do açúcar e do álcool; isto sem contar a ocorrência de pragas, sejam elas naturais, como a das cigarrinhas, que atualmente devasta os canaviais com colheitas mecanizadas e que não usam o fogo para preparar o corte, ou as artificiais, que podem ser disseminadas com propósitos criminosos. Em tais circunstâncias, como ficará o abastecimento, principalmente do álcool combustível?

A Indústria Automobilística e o Uso Racional de Energia

O terceiro motivo para repensar a política de biocombustíveis diz respeito à indústria automobilística, assunto que merece uma reflexão mais aprofundada pela importância que tem no uso racional de energia e na proteção do meio ambiente, principalmente no caso da produção dos chamados FLEX, veículos movidos à gasolina e/ou álcool, este principalmente de cana-de-açúcar. Neste caso o que é preciso ressaltar é o gasto excessivo de gasolina que essa tecnologia provoca, pois o consumo deste combustível nos carros populares, dentro da área urbana, gira em torno de 8km/litro, isto enquanto novos. Este consumo elevado, segundo comentários de um engenheiro dos quadros de uma universidade, num programa de televisão, deve-se a questões técnicas para compatibilizar o uso simultâneo da gasolina e do álcool, o que, além de aumentar o consumo, compromete também a eficácia do motor, tornando-o menos potente do que seria desejável.

Tendo em vista que o futuro se constrói no presente, os seguintes questionamentos se impõem:

- a) Por que não se fabricam, no Brasil, automóveis com consumo de gasolina em torno de 24km/litro, portanto, três vezes mais econômicos? Neste caso, a redução da poluição seria multiplicada pelo mesmo fator, o que os tornaria mais interessantes para a melhoria da qualidade do ar do que os tais FLEX;
- b) Por que os ambientalistas não pensam a respeito, inclusive sobre a simbiose usinas/montadoras, que escudadas e afinadas nos seus discursos ecologistas, continuam poluindo o meio ambiente; as primeiras por meio de queimadas e rejeitos industriais, e as segundas no aumento do consumo de combustíveis fósseis devido o baixo rendimento de seus motores?;
- c) Por que não exigir a mecanização total da colheita de cana, para evitar não só a poluição com as queimadas, como também poupar vidas humanas, pois os bóias-frias, no inútil esforço de aumentar seus parcos ganhos numa atividade de baixa remuneração, trabalham até a morte por exaustão?;
- d) Por que o governo brasileiro, que se esconde atrás do discurso ambientalista, por conveniência ou omissão, ao invés de subsidiar os arrogantes usineiros – que vivem apregoando que quem regula os preços é o mercado, mas quando este lhes é desfavorável buscam proteção do Estado –, e isentar a indústria automobilística de pagar impostos para produzir essa aberração tecnológica, que são os tais FLEX, não acaba com essas regalias corruptoras e cria um programa como o PROCEL/INMETRO?

Se o manual de instrução das geladeiras e as próprias, ostentam, entre outros dados, o consumo de energia (kw/mês), por que os veículos automotores não trazem informações sobre o consumo de combustível (km/litro)? Esta é a única informação que as montadoras omitem em seus detalhados manuais, embora seja de extrema importância para o usuário, para a economia do País e para a proteção do meio ambiente.

As Novas Tecnologias e a Produção de Biodiesel

Além dessas providências, o Governo Federal deve exigir das montadoras, e incentivar as universidades e os institutos de pesquisas brasileiros, a investirem em pesquisas de tecnologias não relacionadas aos biocombustíveis, pois esta fonte de energia tornar-se-á obsoleta antes mesmo de dominar o mercado, como informa o *Jornal Estado de Minas* (3/9/2007, Cultura, p. 3):

O empresário mineiro Ozires Silva, fundador da Embraer, ex-presidente da Petrobrás, ex-ministro, craque no setor siderúrgico e muito mais, em recente visita a Belo Horizonte como convidado do 12º Congresso Mineiro de Transportadores de Cargas fez previsão envolvendo hipótese já conhecida, mas que chamou a atenção pela segurança da afirmação. Disse que, dentro de 10 anos, a eletricidade vai substituir a gasolina e o álcool no transporte de veículos. Acrescentou que, mesmo com as barreiras impostas pelos produtores de petróleo, a propulsão elétrica vencerá a parada. É mais poderosa e, para o meio ambiente, é a solução ideal. Mas há quem ache o prazo de 10 anos muito pequeno para a benéfica mudança. Orações é que não faltam.

Esse mesmo prazo é fixado pelos pesquisadores do biodiesel, para se colocar no mercado esse produto em escala comercial, como informa o *Jornal Estado de Minas* (15/10/2007, Caderno Agropecuário, p. 5):

“A produção de biodiesel no Brasil somente conseguirá independência da plantação de soja daqui a cinco ou 10 anos. A previsão foi apresentada pelo chefe-geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Agroenergia), Frederico Ozanan Machado Durães, durante a Conferência Internacional dos Biocombustíveis (Enerbio), em Brasília. Segundo ele, o projeto do combustível a partir do grão no país precisa desse período para se consolidar, pelo fato de ser uma commodity com produção estabilizada na agricultura. ‘Embora outras oleaginosas tenham teor de óleo muito superior, elas ainda precisam de pesquisa e de oferta em escala, o que não existe nesse momento’, afirmou. [...] Entre as plantas com potencial de ocuparem destaque na produção futura de biocombustíveis no Brasil está o pinhão-manso. ‘Muitas empresas estão investindo nessa planta, mas por sua conta e risco’, disse Durães. Segundo o pesquisador, a Embrapa não tem ainda nem todas as informações básicas sobre a oleaginosa. ‘Sabemos que é uma espécie que tem alto teor de óleo, mas não é uma espécie de alta adaptabilidade e não apresenta a mesma produtividade nas várias regiões do país’, comentou. Segundo ele, uma nova cultivar demora, às vezes, até 15 anos para ter sua produção em escala e a pesquisa sobre pinhão-manso ainda é incipiente. [...] Para Durães, muito provavelmente o biodiesel de soja será usado na entrada em vigor da obrigatoriedade da mistura de 2% ao óleo mineral, a partir de janeiro de 2008. Segundo ele, 85% do biodiesel em produção atualmente no Brasil tem a soja como matéria-prima. ‘Vamos precisar deste produto para dar início ao projeto, mas será um risco nos apoiarmos apenas nessa commodity durante muito tempo’, avaliou. Segundo ele, para que outro produto possa ser incorporado à produção de forma segura, existe a necessidade de um mapeamento de seu sistema de cultivo, além de um zoneamento agroclimático e, principalmente, a obtenção de infra-estrutura para produção de sementes. ‘Sem isso, não se pode prometer produção constante para atender à demanda que está sendo criada’, disse.”

GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O Uso Racional dos Recursos Hídricos

A importância do planejamento para a utilização racional dos recursos hídricos vem sendo enfatizada de longa data por diversos pesquisadores. Em 1987, por exemplo, Barth abriu o prefácio da obra *Modelos para gerenciamento de recursos hídricos* (da qual é um dos autores), com as seguintes observações:

Alguns dos principais desafios que o Brasil deverá enfrentar nas próximas décadas estão relacionados com o aproveitamento e controle dos recursos hídricos. De fato, o País deverá resolver, nesse campo, problemas fundamentais para seu desenvolvimento econômico e social, dentre os quais se destacam: Geração de energia elétrica, mediante a construção de usinas hidrelétricas para exploração de um potencial hoje estimado em 213.000 MW; Saneamento básico, com abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos urbanos de população próxima de 150 milhões de habitantes; Combate a secas no semi-árido nordestino, como uma das formas de superação do grave subdesenvolvimento regional; Irrigação artificial de culturas agrícolas no Nordeste e no restante do País, para elevações da produtividade e da produção, abrangendo alguns milhões de hectares; Controle da poluição das águas, de origem urbana, industrial e agrícola, em especial nas regiões Sul e Sudeste; Controle de cheias e prevenção de inundações, notadamente em áreas urbanas; Desenvolvimento dos potenciais de navegação, na Amazônia e em bacias hidrográficas em que serão implantadas

hidrelétricas; Aproveitamento de reservatórios existentes e a implantar, para fins de piscicultura, recreação e turismo”.

A Transposição do Rio São Francisco

A simples leitura dessa nota introdutória, mostra que a visão do presidente da Petrobrás, sobre a escassez de água e a produção de etanol, expressa na entrevista relatada no capítulo anterior, não é tão simples como procura sugerir; mas ao contrário, é bastante complexa, e a posição do governo Lula, neste particular, precisa ser revista, principalmente no que diz respeito ao polêmico projeto de transposição do Rio São Francisco. A este respeito, escrevi as seguintes cartas – ao Presidente Lula, aos senadores e aos deputados federais –, levantando algumas questões básicas que deveriam ter sido abordadas durante a fase de elaboração desse projeto, as quais, por não terem sido consideradas, podem comprometer os alegados objetivos do empreendimento: levar água para saciar a sede dos nordestinos.

Carta ao Presidente da República

(22/4/2007)

A imprensa tem noticiado a criação de uma secretaria especializada em ações governamentais de longo prazo. Como escrevi um livro sobre a ferrovia sonhada por Dom Bosco, que tive o prazer de encaminhar à V. Exa. um exemplar, em março p.p., e como suponho que esse assunto possa interessar à nova secretaria, tomo a liberdade de encaminhar mais um exemplar e fazer alguns comentários a respeito. O primeiro deles é sobre a importância para o Nordeste – particularmente para seu Estado natal,

Pernambuco – da Via Leste, ferrovia imaginada para ligar Porto Velho, em Rondônia, a Recife, passando por Palmas no Tocantins. Esta ferrovia, se construída, mudará a face econômica e social do Nordeste, pois transformará esta região, hoje subdesenvolvida, num entreposto comercial e base industrial para abastecer o Brasil central e países vizinhos da América do Sul, e o Porto de Recife num dos principais do Atlântico Sul. Além desses benefícios, outros advirão para o Nordeste, os quais, em seu conjunto, superarão de longe aqueles esperados por essa região com a transposição do Rio São Francisco; projeto polêmico que deverá ser reformulado tendo em vista a nova realidade que surgirá com a implantação dessa ferrovia. Esta nova realidade impõe demandas que devem ser atendidas, como a necessidade de abastecer as capitais nordestinas, e outras cidades importantes da região, com água potável em quantidade suficiente para suportar o desenvolvimento econômico e social da região. Para atender a essa demanda, com água do Rio São Francisco, o mais indicado, e menos polêmico, é usar adutoras, como as que abastecem Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, as quais transportam água de longas distâncias, e em grande quantidade, sem perdas naturais como acontecerá com o projeto de transposição. Para atender a outras demandas nordestinas de água, seja para consumo humano ou para outros fins, a imprensa tem noticiado que existem alternativas na própria região, inclusive com o prometido financiamento do Banco Mundial para viabilizá-las. Para finalizar, gostaria de lembrar que a Via Leste representará para o Brasil central o mesmo motor de desenvolvimento que representou para a Região Centro-Oeste a construção de Brasília, acrescido do fato que colocará aquela isolada região em contato direto com um porto marítimo de primeira ordem, melhorando assim a competitividade de seus produtos, principalmente os do agronegócio.

Carta aos Senadores

(6/5/2007)

A imprensa tem noticiado que o Governo Federal deu início ao processo de implantação do projeto de transposição do Rio São Francisco, ao que parece de forma irreversível, em que pese a luta de alguns Estados para impedir a realização desse empreendimento nos termos em que está colocado. Apesar disso, ou por isso mesmo, algumas questões básicas permanecem em aberto, pois até agora a imprensa não publicou nada a respeito e como cidadão gostaria que V. Exas., do alto da tribuna que mourejam, as coloquem aos órgãos competentes para que se pronunciem a respeito. Por exemplo, se o principal objetivo da transposição é levar água para consumo humano para a população nordestina, por que não transportá-la através de dutos, como as adutoras que abastecem as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo? Esse método simplificará e agilizará todo o processo, tornando-o mais barato, seguro e confiável, pois, além de garantir que a água chegará ao seu destino, e sem contaminação, evitará perdas ao longo do percurso, sejam as naturais, por evaporação ou infiltração, ou as criminosas, através de sangrias clandestinas pelos ribeirinhos, ou roubos utilizando-se de caminhões-pipas; isto sem contar as iniciativas de comunidades situadas ao longo do seu trajeto, que serão tentadas a se apropriarem desses recursos hídricos para resolverem problemas locais. Para conter saques e danos que fatalmente ocorrerão, dadas as características do atual projeto, serão necessários não só um exército bem armado e equipado, pois a água, que já é um bem escasso, tornar-se-á cada vez mais objeto de disputas de toda ordem, inclusive entre os estados federados, mas também um complexo e caríssimo sistema de manutenção. Estas questões já foram ponderadas? Além desses problemas, outros mais precisam ser respondidos pelos órgãos federais que cuidam do meio ambiente, os quais se têm esmerado e demorado na análise de certos projetos, como o das hidrelétricas do Rio Madeira, mas que a toque de caixa aprovaram o da transposição, muito mais complexo. Um desses problemas

é se com a transposição, na forma como está projetada, que segundo o governo visa integrar diversas bacias hidrográficas, não haverá disseminação de pragas exóticas de uma bacia para outra, ou ameaça para a biodiversidade típica de cada uma delas. Este estudo já foi feito? Senhores(as) senadores(as), para terminar, gostaria de lembrar que o Senado da República existe para manter o equilíbrio da federação. Neste caso, como os governadores de todos os estados não foram convocados pelo Governo Federal para opinarem sobre esse projeto, dito de interesse da nação, e se faz de surdo aos reclamos da sociedade, e de muitos deles, por que o Senado não os convida para uma reunião para discutirem o assunto?

Carta aos Deputados Federais

(29/6/2007)

Em 6 de maio p.p. enviei uma carta – cópia anexa – aos senhores senadores, solicitando que se manifestassem a respeito do projeto de transposição do Rio São Francisco, na expectativa de sensibilizar o Governo Federal para os problemas que surgirão com sua realização, inclusive sugerindo algumas alternativas para viabilizá-lo sem muitos conflitos. Como nenhuma providência foi tomada a respeito, e o Senado encontra-se num processo de decomposição moral, fruto da atuação da banda podre do PMDB – aquela que impediu a candidatura de Itamar Franco à presidência da República na última eleição, devido a sua postura moralizadora no trato da coisa pública, e que aderiu, com sofreguidão, à de Lula, por este estar fragilizado moralmente desde que o ex-deputado federal Roberto Jefferson chutou o balde e acabou com o discurso moralista da cúpula petista; trauma que tem levado o presidente, desde então, a passar a mão na cabeça dos muitos *inocentes até prova em contrário* que infestam os três poderes da República –, resolvi renovar aquele apelo diretamente aos senhores deputados federais, especialmente à V. Exa., na expectativa de que alguma coisa seja

feita para sustar a execução desse projeto nos termos atuais. Para enfatizar os argumentos levantados na carta dirigida aos senhores senadores, transcrevo parte da reportagem do *Jornal Estado de Minas* de 14 último, sobre a visita que o Ministro Geddel Vieira Lima fez ao Rio São Francisco, no trecho entre Pirapora e a foz do Rio das Velhas, quando teve a oportunidade de constatar, pessoalmente, um dos problemas que surgirão com a transposição do Rio São Francisco – **a sangria clandestina efetuada pelos ribeirinhos**: “A tarde, durante visita à sede da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba (Codevasp), em Montes Claros, Geddel disse que realmente testemunhou as agressões ao Velho Chico, e lembrou ter visto, além de garrafas PET e copos plásticos na água, o funcionamento de ‘bombas clandestinas, que retiram água do São Francisco sem autorização (outorga) da Agência Nacional de Águas (ANA), e deixam o óleo dentro do rio’. Indignado, ele anunciou que vai tomar providências para corrigir o problema, quando retornar a Brasília”. O que ele não disse, e V. Exa. pode dele indagar, é como evitará esses problemas nos extensos canais artificiais que cortarão um sem-número de pequenas propriedades sedentas de água, e como a inoperante ANA se fará presente nesse universo de carências, se no Rio São Francisco até hoje não deu o ar de sua graça. Pelo andar da carruagem, é pouco provável que algum dia, um cearense qualquer venha ter a oportunidade de molhar seu mindinho num cálice dessa água tão desejada, se insistirem na transposição por canais, mas com certeza dela se fartará se levarem-na até ele através de dutos.

A Destruição das Matas Ciliares

Carta à Ministra do Meio Ambiente

(27/4/2007)

Como as matas ciliares são fundamentais para o equilíbrio ecológico e elemento básico para o gerenciamento dos recursos

hídricos, resolvi escrever a seguinte carta à Ministra Marina da Silva, do Ministério do Meio Ambiente:

Sob o título *Um dia de cão de Ciro Gomes*, o Jornal *Estado de Minas* publica na edição de hoje (27/4/2007, p. 6) interessante reportagem sobre a passagem desse político do Ceará por Belo Horizonte, onde fez palestras sobre a transposição do Rio São Francisco, da qual destacamos o seguinte trecho: “Citando levantamentos feitos quando ministro da Integração Nacional, afirma que 95% da mata ciliar do Rio São Francisco foram destruídos e os 5% que restam, parte deles em Minas Gerais, seguem sendo destruídos. ‘Inclusive para fazer carvão com mão de obra semi-escrava e infantil, aqui (no estado)’, acusa Ciro Gomes”. Essas informações levaram-me a refletir sobre a situação das matas ciliares, observadas por mim durante os trabalhos de mapeamento geológico básico em Mato Grosso (Projeto Alto Guaporé/1972) e Minas Gerais (Projeto Três Marias/1974) e, posteriormente, em trabalhos de prospecção mineral neste estado. O quadro que observei foi de total desconhecimento da importância das matas ciliares por parte dos proprietários rurais, e o absoluto desprezo com que as tratavam, pois a seu mando os peões das fazendas as cortavam para *limpar o terreno*, mesmo as árvores que pendiam para os cursos d’água. Como os jornais estão noticiando que V. Exa. está promovendo uma reestruturação do MMA, procurei na Internet informações sobre a nova estrutura e também o que trazia em relação às matas ciliares. Mas fiquei intrigado com o que observei, pois nenhuma referência havia sobre este tema. Continuei a pesquisa e pude constatar que, ao contrário do MMA, outras instituições abriam espaço para tratar desse assunto, por considerá-lo prioritário e merecedor de uma abordagem especial, como mostra o *Projeto de Recuperação de Matas Ciliares* (anexo), exibido no Portal do Governo do Estado de São Paulo, onde se pode observar que nesse Estado existem um milhão de hectares de áreas ciliares que precisam ser recuperados e reflorestados, sendo necessário produzir, plantar e manter dois bilhões de mudas.

A razão desta carta é sugerir que o MMA passe a dar a questão das matas ciliares o mesmo tratamento prioritário dado à Amazônia legal, pois é no restante do país, e não nesta região, que vive a maior parte da população brasileira, a qual vem devastando essa franja de vida, sem nenhum controle, nos últimos 500 anos. O Rio São Francisco, por exemplo, sofre essa devastação desde 1502, quando foi descoberto, a qual deixa suas marcas desde as suas nascentes, na Serra da Canastra, em Minas, até a foz, na divisa de Sergipe e Alagoas, num percurso de 2,7 mil quilômetros, inclusive nos seus 168 afluentes, dos quais 99 são perenes, 90 estão na sua margem direita e 78 na esquerda.

A melhor maneira de proteger as matas ciliares, áreas de preservação ambiental, portanto consideradas bens da União (Art.20-II da Constituição Federal), e definidas em lei (Lei 4.777/65 do Código Florestal Federal), é confiá-las à guarda dos proprietários confrontantes, mediante comodato, os quais seriam obrigados a recuperá-las e conservá-las na medida da lei, e por conta própria, sob pena de perderem a propriedade para fins de reforma agrária.

No caso dos lagos formados artificialmente para fins diversos, as concessionárias seriam as responsáveis pela conservação das matas ciliares que os bordejam, inclusive a fiscalização dos rios situados à montante das barragens até suas nascentes. Quando o cinturão de mata ciliar estiver ocupado, ou na falta desta cobertura vegetal, a concessionária terá de apresentar um plano para recuperação total das áreas degradadas, o qual será encampado pelos órgãos públicos responsáveis pela aplicação da lei. Para levar a bom termo todo processo de fiscalização, as concessionárias estimulariam a formação de comitês de proteção das bacias hidrográficas, atuando em conjunto com órgãos públicos. Como se trata de comodato nenhuma taxa ou imposto recairá sobre essas áreas cobertas com matas ciliares, as quais seriam delimitadas em mapa para todos fins legais e monitoramento através de satélites.

Quanto às áreas situadas nos perímetros urbanos, a solução é incentivar as prefeituras a criarem parques bordejando os rios,

lagos, etc., onde seriam proibidas construções de qualquer natureza e remoção, quando possível, das existentes.

Encerrando esta manifestação cidadã, faço votos para que o novo MMA amplie seus horizontes e deixe de ser um órgão focado obsessivamente em assuntos amazônicos, e olhe com mais largueza para outras regiões do país, formulando políticas específicas para atender situações particulares, como o Aquífero Guarani, o Pantanal Mato-grossense, a faixa de fronteira (150 km), a orla marítima de responsabilidade da marinha e as matas ciliares de todo o país.

Além disso é necessário a criação de estrutura gerencial específica para monitorar a situação das grandes bacias hidrográficas (a quantidade e qualidade da água de um rio é melhor termômetro da sanidade do meio ambiente), como as dos rios São Francisco, Doce, Paraná, Paraguai, além de outras onde a concentração humana requer atenção especial, como a do Rio Paraíba do Sul, situada no eixo Rio/São Paulo, metrópoles que tendem a se unirem neste século. Com essas providências o MMA deixará de ser um ministério curupira e evitará situações constrangedoras, como entrar a reboque de fatos consumados em projetos contrários a preservação do meio ambiente, para atender a demandas políticas, como está ocorrendo com a transposição do Rio São Francisco.

Projeto de Recuperação de Matas Ciliares

(Portal na Internet do Governo do Estado de São Paulo)

As matas ciliares são fundamentais para o equilíbrio ecológico, oferecendo proteção para as águas e o solo, reduzindo o assoreamento de rios, lagos e represas e impedindo o aporte de poluentes para o meio aquático. Formam, além disso, corredores que contribuem para a conservação da biodiversidade; fornecem alimento e abrigo para a fauna; constituem barreiras naturais contra a disseminação de pragas e doenças da agricultura; e,

durante seu crescimento, absorvem e fixam dióxido de carbono, um dos principais gases responsáveis pelas mudanças climáticas que afetam o planeta. O reflorestamento das áreas de mata ciliar é uma necessidade, devendo ser implementado com espécies nativas, observando um nível adequado de diversidade biológica para assegurar a restauração dos processos ecológicos, condição indispensável para o desenvolvimento sustentável. No Estado de São Paulo existem um milhão de hectares de áreas ciliares que precisam ser recuperados e reflorestados, sendo necessário produzir, plantar e manter dois bilhões de mudas. Para enfrentar este desafio, é preciso realizar pesquisas científicas, desenvolver e transferir tecnologia, promover a conscientização da sociedade e a capacitação dos diferentes atores sociais, identificar e viabilizar fontes de recursos e desenvolver estratégias e instrumentos que incentivem a mobilização e adesão dos produtores rurais e agricultores. Mas acima de tudo, é preciso assegurar que o Poder Público, a iniciativa privada, os agricultores, as organizações não-governamentais, as instituições de pesquisa e toda a sociedade se unam num esforço conjunto. Este espaço é um canal de informação e participação para todos os interessados na recuperação de matas ciliares. Aqui podem ser encontradas informações técnicas, manuais, reportagens e listagens de espécies nativas e viveiros.

A Recuperação das Matas Ciliares e Emissão de Gás Carbônico

O Jornal *Estado de Minas*, em sua edição de 17 do corrente (p. 18), informou:

O quinto leilão de energia nova, destinado ao suprimento no Brasil a partir de 1º de janeiro de 2012, negociou ontem 398 milhões de MWh, volume equivalente a 110% da demanda prevista pelas distribuidoras para 2012, e movimentou R\$51,4 bilhões. A operação foi considerada bem-sucedida pelo governo,

devido à elevada competição dos investidores, o que permitiu a venda de energia térmica, especialmente carvão, a preços mais baixos do que o esperado. Foram negociados 209,9 milhões de MWh de energia térmica e 188 milhões de MWh de hídrica”.

Como as empresas geradoras de energia térmica a carvão terão de se enquadrar nos mecanismos de desenvolvimento limpos, dispositivo criado pelo Protocolo de Kyoto, para a redução do aquecimento global, e como existe um mercado que negocia créditos de carbono para compensar a emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa, uma opção que se coloca para essas empresas, e também para as usinas siderúrgicas que emitem gases poluentes, adequarem-se a essas exigências, é direcionarem esses investimentos na recuperação de matas ciliares, principalmente no Estado de Minas Gerais, onde se situam as nascentes dos principais rios da Região Sudeste, a mais populosa do País, os quais vêm sendo sistematicamente degradados pelas mineradoras, particularmente as que exploram minério de ferro, e usinas siderúrgicas.

Além disso, essas empresas, grandes consumidoras de energia, são as maiores interessadas nas termoeletricas a carvão. Nesse contexto, um papel de destaque pode ser atribuído às empresas do governo do Estado de Minas Gerais, CEMIG e COPASA, as quais, além de exercerem seu papel de responsáveis diretas pela conservação das matas ciliares nas áreas que atuam, se encarregariam de elaborar projetos para captação de créditos carbono, para que as empresas termoeletricas, siderúrgicas e mineradoras que operam no Estado, no Brasil e no exterior, direcionem seus investimentos ambientais na recuperação das bacias hidrográficas de Minas Gerais Para viabilizar essas sugestões, é necessário uma revisão das leis que tratam da proteção das matas ciliares e das nascentes e a edição de uma nova lei para regulamentar o Art. 20 da *Constituição Federal*, que estabelece que são bens da União “os lagos, rios e quaisquer

correntes de água... bem como os terrenos marginais”. Ora, se esses terrenos pertencem à União, as matas ciliares também fazem parte de seu patrimônio. Conseqüentemente, nenhum proprietário rural confrontante pode tocar nas matas ciliares sem autorização da União, a qual será colocada sob sua guarda por meio do sistema de comodato.

O Inventário das Águas

Para que o patrimônio hídrico do Brasil seja administrado racionalmente, é preciso que se faça um levantamento do potencial de cada bacia, o qual deverá apontar não só a situação atual, como também o quanto se perdeu do caudal primitivo desde que os portugueses pisaram em solo brasileiro. Com esses dados à mão, será possível traçar planos de recuperação, fazer projeções sobre o consumo para todos os fins, elaborar projetos de doação ou recepção, como o do Rio São Francisco, e estabelecer políticas de gerenciamento. Além disso, o balanço integrado dos recursos hídricos do País possibilitará a elaboração de projetos de saneamento básico para cada bacia, e outros de grande porte, como a transposição das águas da bacia amazônica, através de adutoras, para atender a regiões carentes, como o Nordeste. A energia para mover as bombas de recalques dessas adutoras poderá ser fornecida por pequenas centrais nucleares, construídas próximas aos reservatórios reguladores ou ao longo do seu trajeto.

O Saneamento Básico

Mas em todos os casos, o que deve nortear as ações do poder público e das instituições privadas é a qualidade da água

de cada bacia, a qual sintetiza todos os parâmetros de sanidade de um ecossistema, inclusive de seus habitantes. A seguinte matéria, publicada na *Revista COPASA-2001* (Especial sobre as águas), editada pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, uma das mais conceituadas empresas de saneamento básico do país, sob o título *O ouro do Brasil* (p. 6-7), dá uma idéia da importância dessa questão:

“O Brasil é uma potência de primeiro escalão quando o assunto é água. No território do país estão 53% dos recursos hídricos do continente sul-americano e 12% do total mundial. Também está no Brasil a maior bacia fluvial do mundo, a do Amazonas. Situam-se em nossos limites duas das dez maiores bacias do mundo que cortam apenas um país – a do São Francisco e a do Tocantins-Araguaia. Se os recursos são tão fantásticos, mais fantástica ainda é a taxa de desperdício de todo este material, que fica em torno de 40%. [...] Outra coisa que incomoda saber é que 87 milhões de brasileiros não dispõem de saneamento básico, 75 milhões não têm coleta de lixo e 70 milhões não têm acesso ao chamado precioso líquido, segundo levantamento feito pelo engenheiro sanitário Abelardo de Oliveira Filho, diretor da Federação Nacional dos Urbanitários. A colonização predatória e a falta de planejamento também fazem seus depósitos na conta do incômodo: 94% dos esgotos no Brasil não são tratados e 80% das doenças endêmicas entre a população são decorrentes da falta de saneamento básico. Pelos últimos números conhecidos, 63% dos entulhos e depósitos de lixo estão nos corpos d’água. Os produtores rurais fazem despejo de agrotóxicos nos ribeirões e córregos que cortam a propriedade, inviabilizando assim bacias inteiras que poderiam ser aproveitadas como mananciais. Se na área rural o panorama é esse, a área urbana não faz por menos. O lixo doméstico, os poluentes físicos e os metais pesados liberados pela indústria estão obrigando as empresas de saneamento a manterem a logística da captação de água para produção numa expansão geométrica, indo cada vez mais longe para recolher água pura”.

A Importância Estratégica dos Recursos Hídricos

Em outro artigo, publicado nessa mesma revista, sob o título *Águas tormentosas – o poço tem fundo e pode secar* (p. 2), o destaque fica por conta da importância estratégica dos recursos hídricos para o País e a necessidade de serem tomadas medidas adequadas para protegê-lo:

“Água é o elemento mais marcante na composição da Terra. Dois terços da superfície do planeta estão cobertos de água, mas sua distribuição não é animadora. A maior parte, cerca de 97% de toda a água, está nos mares. De água doce, só 3%. Para piorar, os recursos hídricos efetivamente ao alcance da humanidade são escassos, 0,7% do total. O resto? Geleiras milenares e águas muito bem enterradas nas profundezas, tão distantes quanto o inferno de Dante. E este quase um por cento está em vias de secar, caso não se proceda imediatamente a uma revisão sobre como a humanidade vem tratando a verdadeira fonte de toda vida conhecida. No Oriente Médio, a captação está chegando ao fundo do poço. Numa estimativa superficial, entidades ligadas à preservação e ao saneamento básico não dão mais 20 anos para que acabe a água potável. Com a guerra entre a OTAN e o Iraque, a poluição por urânio fracamente enriquecido tornou-se uma nova realidade. Na Ásia Central, o panorama é mais terrível, pois já existem depósitos considerados clinicamente mortos, como os lagos Baikal e Balkash, completamente envenenados pelo despejo de resíduos tóxicos e poluentes, ao longo dos planos de industrialização e econômicos de Stálin e Krutchev. O consumo exagerado também está contribuindo para o processo de seca. O preço da água em Los Angeles é mais alto que em Ryad, na Arábia Saudita. Quem viu *China Town* pôde assistir ao investigador Jack Nicholson às voltas com um caso envolvendo corrupção no departamento de águas da atual megalópole, fato corriqueiro nos anos 30, quando já faltava água naquela parte da Califórnia – a terra

prometida. Quanto às terras não prometidas, estas são 29. Este é o número de países, entre os 217 existentes, afetados por carência de água ou por sua falta de qualidade. O porcentual deve chegar aos 20% nos próximos dez anos, principalmente no Extremo Oriente, onde as madeiras vêm devastando as matas que conseguiram escapar ao agente laranja, lançado indiscriminadamente pelas forças armadas norte-americanas, em bombardeios aéreos equivalentes a 50 toneladas, despejadas de oito em oito minutos, diariamente, durante uma década e meia. Atentados como este continuam a ser cometidos por Países de Primeiro Mundo, responsáveis por 60% dos poluentes despejados diariamente no ar, na água e no meio ambiente do planeta.”

O Degelo do Ártico

Esse despejo já provoca danos irreversíveis no próprio quintal desses países, o Pólo Ártico, como informa o *Jornal Estado de Minas* (20/8/2007, p. 16):

O gelo ártico atingiu semana passada a menor extensão já registrada em toda a história, e o degelo deverá persistir por pelo menos mais algumas semanas, informou o Centro Nacional de Dados sobre a Neve e Gelo dos Estados Unidos. “Hoje é um dia histórico”, lamentou Mark Serreze, pesquisador do centro. “Este é o menor nível de gelo ártico já detectado por nós a partir dos dados de satélite e ainda falta um mês para terminar a temporada de degelo deste ano”. O mais intrigante, segundo ele, é que o derretimento está ocorrendo bem mais rápido do que previam os programas de computador elaborados especificamente para analisar modelos climáticos. Há alguns anos, contou Serreze, a previsão era que o derretimento total do gelo ártico ocorreria em algum verão entre os anos 2070 e 2100. No ritmo atual, porém, isso poderia ocorrer já em 2030. “Ainda haveria gelo no inverno, mas ele derreteria todo no verão”, disse.

“É simplesmente impossível explicar o degelo como um processo meramente natural, apesar de haver variáveis naturais envolvidas”, acrescentou o cientista norte-americano. “Trata-se de uma evidência muito forte de que estamos começando a ver um aquecimento provocado pelos gases causadores do efeito estufa”. Isso demonstra a influência da atividade humana sobre o gelo ártico. As medições feitas por satélite mostraram que havia hoje 5,26 milhões de quilômetros quadrados de gelo no Ártico, abaixo do recorde de 5,32 milhões de quilômetros quadrados registrado em 21 de setembro de 2005, informou a agência. Os dados indicam que o gelo ártico apresenta níveis particularmente baixos no leste da Sibéria e no Mar de Beaufort, ao norte do Alasca. O gelo no Arquipélago Ártico Canadense também está seriamente comprometido. Na extremidade atlântica do Oceano Ártico, a camada de gelo não está muito abaixo do normal, mas ainda assim a camada é menor do que a de costume, prossegue o Centro Nacional de Dados sobre Neve e Gelo, cuja sede fica no Estado norte-americano do Colorado. A entidade faz parte do Instituto para Cooperação em Pesquisas em Ciências Ambientais da Universidade do Colorado e recebe apoio da Agência Aeroespacial Norte-Americana (Nasa), da Agência de Pesquisa Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos e da Fundação Nacional de Ciência. Cientistas norte-americanos e europeus monitoram o gelo Ártico desde a década de 1970, quando as imagens de satélite tornaram-se disponíveis.

Essa tragédia que se anuncia para o hemisfério norte serve de alerta para os países sul-americanos, que dependem das geleiras da Antártida e dos Andes para regular todo o ecossistema continental. Por esta razão, e para se prevenirem dos efeitos catastróficos das mudanças climáticas previstas para a primeira metade do século XXI, devem criar **um sistema de defesa do tríplice ecossistema sul-americano**, o qual servirá também para evitar a intromissão dos países do Primeiro Mundo e da ONU nesses assuntos estratégicos.

A DEFESA DO TRÍPLICE ECOSISTEMA SUL-AMERICANO

A Bomba Atômica como Arma de Defesa

A defesa do tríplice ecossistema sul-americano, formado pela América do Sul, Antártida e os oceanos adjacentes – Atlântico, Pacífico e Antártico –, é de vital importância para a prosperidade das nações do continente e a realização dos sonhos visionários de Dom Bosco. A exploração dos recursos naturais (minerais, hídricos e energéticos) e da biodiversidade desses que são os últimos continentes praticamente intocados, e dos oceanos que os cercam, requer especial atenção do Brasil em sua defesa, inclusive o desenvolvimento de armas nucleares para conter invasões externas, já que outros povos, com o esgotamento de seus recursos naturais, tudo farão para saquear esse patrimônio. O roubo de computadores da Petrobrás, em fevereiro de 2008, contendo dados sigilosos sobre os campos marítimos Tupi e Júpiter, gigantescas reservas de petróleo e gás recentemente descobertas na costa Sudeste, é o primeiro passo nesse sentido .

Dentro do tríplice ecossistema, e visceralmente a ele interligado e dele dependente para a manutenção de seu clima e da sua biodiversidade, existem alguns com particularidades próprias que devem merecer atenção especial, como a *Bacia Amazônica*, a *Cordilheira dos Andes*, a *Calota Polar* e a *Amazônia Azul*. A não preservação e o controle desses ecossistemas particulares irão provocar danos irreparáveis ao meio ambiente da América

do Sul, com conseqüências desastrosas para sua população. Para o Brasil, esses temas, além de prioritários, são também estratégicos, principalmente os relacionados com a defesa da Amazônia Azul e da Bacia Amazônica; esta em função das sempre renovadas ameaças de internacionalizá-la, feitas sob os mais diferentes disfarces. Nesta aventura, os flibusteiros do terceiro milênio não serão formados somente pelas potências dominantes, como nos séculos passados, mas contarão com outros competidores que nem sequer território definido tem, como Israel, ou paupérrimos, como a Coréia do Norte e o Paquistão, os quais, em contrapartida, possuem bombas atômicas e portanto estão em condições de pôr de joelhos quaisquer países do continente, pois estes, por imprevidência, descuidaram-se de suas defesas confiando em tratados internacionais.

Portanto, é necessário que os políticos, governantes e, principalmente, os militares se conscientizem que não é possível defender um território de 8.500.000Km² que, somados a Amazônia Azul, perfazem um total de 12.951.766 km², contando apenas com armas convencionais, as quais, por mais numerosas e sofisticadas que sejam, não fazem frente a apenas uma bomba atômica, das mais fajutas. Nesse jogo de xadrez global, a luta pelo domínio dos recursos naturais, o Brasil está francamente vulnerável e pode levar um xeque-mate, não só por não possuir armas atômicas, mas por ter um vizinho que as possui, a França, que ocupa uma posição estratégica na foz do Rio Amazonas. Além disso, na região Antártica, outro predador nuclear espreita à distância, fechando o cerco sobre o flanco oriental da América do Sul: a Inglaterra, a ex-rainha dos mares.

Os Batedores Mercenários do Século XXI

Se até 1808 os luso-brasileiros garantiram a defesa da Amazônia, isolando-a do resto do mundo com uma série de

fortificações, e confinando esses piratas nas guianas, agora essa vasta região está desprotegida e sujeita a pressões de toda ordem, inclusive das chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs), os batedores mercenários do século XXI que rastreiam os territórios visados pelas potências nucleares, levantando dados e informações para subsidiar planos de ocupação territorial, como notícia o Jornal *Estado de Minas*, em matéria intitulada *Itamaraty barra projeto* (27/5/2007, p. 2):

“A implantação de um ambicioso projeto de conservação da Bacia Amazônica, financiada pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), envolvendo grandes áreas em cinco países da região, inclusive o Brasil, provocou um surdo mal-estar diplomático entre o Itamaraty e a instituição americana. Divulgado no site da agência, a Iniciativa para Conservação da Bacia Amazônica recebeu sinal vermelho do Ministério das Relações Exteriores, que mandou suspender sua execução, prevista para julho. A proposta, ainda em fase de planejamento, é coordenada por cinco grandes consórcios internacionais, formados por 26 organizações não-governamentais (ONGs) ambientais e de defesa dos indígenas, instituições de pesquisa e universidades dos EUA e países da região. [...]”

Essa notícia foi objeto de editorial – *Destino da Amazônia* – desse jornal (*Estado de Minas*, 30/5/2007, p. 12), do qual extraímos o seguinte trecho por conter dados esclarecedores sobre o assunto:

“O Brasil rejeitou com energia a proposta para a criação da Iniciativa para Conservação da Bacia Amazônica, proposta pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid). O projeto prevê consórcio com 26 organizações não-governamentais (ONGs) e incluiria terras brasileiras, do Peru e do Equador. A idéia de internacionalizar a Amazônia é antiga. A primeira vez foi pela palavra do então presidente norte-americano Woodrow Wilson, durante a Conferência de Paz de Versalhes (França), ao fim da 1ª Guerra

Mundial (1914-1918), e combatida pelo representante da Inglaterra. A mesma idéia foi apresentada há alguns anos pelo ex-presidente da França, François Mitterrand. Antes, o economista estadunidense Herman Kann sugeriu na Unesco (braço da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) a criação do Hudson Institute, para defender a Amazônia do desmatamento e, lá, construir o maior lago de água doce do planeta. Há sempre uma justificativa: o Brasil não tem condições de arcar sozinho com os custos de defesa do imenso território amazônico. O Secretário de Política, Estratégia e Relações Internacionais do Ministério da Defesa, general Maynard Santa Rosa, em entrevista ao *Correio Braziliense* (27/5), denunciou a existência de 100 mil ONGs de todos os tipos atuando, sem qualquer controle, em território brasileiro. O general, que fez cursos (1988/1989) nos Estados Unidos, disse que era corrente naquele tempo discussão do tema nas aulas de estratégia geográfica na US Arm War College, na Pensilvânia”. Esses números citados pelo general Maynard, embora assustadores, não espelham a realidade, como informa o *Jornal Estado de Minas* (28/8/2007, p. 5): “Levantamento da Controladoria-Geral da União (CGU) aponta que há no país 276 mil ONGs, mas apenas cerca de 4 mil estão cadastradas no Ministério da Justiça. Entre 1999 e 2006, 7.883 entidades receberam recursos federais, no valor total corrigido de R\$ 33 bilhões”.

Esse quadro de descontrole total facilita a ação de entidades estrangeiras, que fazem o que querem em território nacional, inclusive espionagens de toda ordem. Se no passado as potências dominantes colocavam agentes secretos para espionarem o que se passava em outros países, agora esse trabalho foi terceirizado, e feito às claras, cabendo às ONGs o encargo de agir e contratar testas-de-ferro locais para a coleta de dados e informações. O Greenpeace, por exemplo, para monitorar o programa nuclear brasileiro, reativado pelo Governo Federal no primeiro semestre de 2007, colocou o seguinte anúncio no *Jornal Estado de Minas* (26/8/2007, Cad. Classificados e Emprego, p. 2):

A Organização ambientalista Greenpeace abre uma vaga para profissionais que tenham curso superior completo em engenharia, química, jornalismo, direito, economia ou administração de empresas, para coordenar campanha na área de energia nuclear. São exigidos: inglês fluente; domínio de editor de texto, planilhas eletrônicas e navegadores de internet, habilidade em negociação, articulação política, comunicação, criatividade, diagnóstico de situações e gerenciamento de projetos; comprometimento com causas ambientais. É desejável experiência anterior em ONGs.

O Instituto de Pesquisa do Tríplice Ecossistema

A defesa da Amazônia e, por extensão, de todo o Tríplice Ecossistema, depende do grau de engajamento dos povos sul-americanos para preservar um patrimônio comum e utilizá-lo em seu benefício, por meio do conhecimento científico e tecnológico. Para isso é necessário que se crie o *Instituto de Pesquisa do Tríplice Ecossistema Sul-Americano*, o qual, além de fazer pesquisas próprias, deverá promover a integração das universidades e dos institutos de pesquisa do continente, criando para isso um Banco de Dados, acessível pela Internet, para centralizar e difundir todos os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, inclusive teses e trabalhos em andamento. Além disso, terá como objetivo prioritário promover encontros, congressos e simpósios para discutir temas comuns e propor políticas próprias para evitar a interferência de entidades de outros continentes nos assuntos domésticos e acompanhar as pesquisas em andamento, como a que está sendo desenvolvida pela Embrapa na Antártida.

A esse respeito, o Caderno Agropecuário (p. 9) do Jornal *Estado de Minas* (21/5/2007) publicou a seguinte matéria, intitulada *Antártida pode ajudar o campo*:

A Embrapa vai literalmente muito longe para buscar respostas a questões climáticas que incomodam os produtores brasileiros, como as geadas, por exemplo, que causam perdas na produção de várias espécies de importância alimentar e econômica, como: trigo, milho e café, entre outros. O destino de três pesquisadores da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia será a Antártida, o maior deserto gelado do planeta, onde apenas espécies muito adaptadas como peixes, pinguins, baleias, focas, leões marinhos e insetos conseguem sobreviver. O objetivo da viagem, em janeiro de 2008, quando é verão na Antártida, é estudar a capacidade desenvolvida por essas espécies, mais especificamente os peixes, para sobreviverem em ambiente de condições climáticas extremas. Os cientistas da Embrapa, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Brasília (UnB), pretendem conhecer mais a fundo os mecanismos fisiológicos adaptados para suportar essas situações climáticas, com foco principalmente nas proteínas e peptídeos que têm características anticongelantes. O conhecimento das propriedades anticongelantes e antimicrobianas das proteínas extraídas dos peixes podem ajudar muito também na manutenção da viabilidade dos sementes e embriões congelados, que fazem parte do projeto da Embrapa para conservação de raças de animais domésticos ameaçadas de extinção.

Esse tipo de estudo mostra como é vasto o campo para pesquisas no Tríplice Ecossistema, que incluiu a Bacia Amazônica, a Cordilheira dos Andes e os oceanos que bordejam a América do Sul e a Antártida, os quais estão sendo permanentemente assediados por pesquisadores alienígenas, como informa o Jornal *Estado de Minas* (17/5/2007, p. 20), em matéria intitulada *Um tesouro na escuridão – Consórcio internacional descobre riqueza marinha na Antártida*:

A escuridão das profundezas do Oceano Antártico Sul esconde um surpreendente e diversificado tesouro da vida marinha, com mais de 700 espécies até agora desconhecidas, informa a edição

desta semana da revista científica *Nature*, editada em Londres. Uma série de expedições com duração de mais de três anos coletou amostras da fauna que vive a seis quilômetros da superfície do Mar de Weddel, região pouco conhecida e apontada como a origem de grande parte das águas profundas que circulam nos oceanos do mundo. Angelika Brandt, bióloga marinha do Museu Zoológico de Hamburgo e co-responsável pelo estudo, fala com entusiasmo da surpresa e encantamento que a descoberta provocou entre os pesquisadores do consórcio internacional formado para a execução do projeto: “Ficamos espantados com o número de novas espécies. Esperávamos encontrar o mesmo padrão de biodiversidade detectados nos oceanos em torno do Pólo Norte, que é baixo”.

Geopolítica Continental

Diante desse quadro, a pergunta que se faz é: por que, até agora, as universidades da América do Sul não se uniram para criar consórcios semelhantes para pesquisarem um patrimônio que pertence aos povos do continente, ao invés de assistirem passivamente a pesquisadores alienígenas tomarem a dianteira nessa nova fronteira da ciência? Mas não é só esse desafio que espera os sul-americanos, pois o processo de ocupação da América do Sul, até agora restrito ao litoral, tomará novos rumos com a construção da Ferrovia de Dom Bosco; fato que incomodará as potências dominantes, principalmente os EUA, que consideram este continente e a Antártida como “fundo de quintal” a ser explorado quando se esgotarem os recursos de outros continentes. Se até agora não agiram militarmente para garantirem esses “domínios”, é porque estão ocupados em saquearem os depósitos de petróleo do Oriente Médio e da Ásia Central, e os países sul-americanos são presas fáceis para serem dominados, o que pode ser feito num piscar de olhos, ou mesmo pela Internet, como tentou fazer a USAID.

Ante tais fatos é bom repetir: os países sul-americanos que se cuidem, principalmente o Brasil, que ainda não construiu sua bomba atômica, a única garantia de sobrevivência num mundo globalizado, em constante mutação, onde os tratados são rasgados com a maior facilidade e nações minúsculas fazem valer seus pontos de vistas com base nesse instrumento de força, que hoje representa o mesmo papel da pólvora em tempos passados, sintetizado no confronto entre o arcabuz e o arco, cujo resultado é bem conhecido. Nessa situação enquadram-se a Coréia do Norte, que vem sistematicamente extorquindo combustível e alimentos de outros países – inclusive dos Estados Unidos –, e Israel, que, a pretexto de se defender dos países árabes, vem desestabilizando todo o Oriente Médio e colocando em perigo a paz mundial, para atingirem seus objetivos estratégicos. Imaginem se essa moda pega! Neste caso, e diante da fome mundial que se avizinha, o Brasil e os demais países sul-americanos terão de se submeter às exigências de quaisquer países possuidores de bombas atômicas; inclusive servi-los no que desejarem, como faziam os egípcios perante os romanos: enchendo seus silos de trigo!

Carta ao Vice-Presidente da República

(16/6/2007)

Tratando desse assunto, escrevi a seguinte carta ao Vice-Presidente da República, Sr. José Alencar:

Em recente evento V. Exa. se referiu ao fato de que no período 2003/2006 foram pagos cerca de 600 bilhões de reais de juros sobre a dívida pública, alertando que se a taxa desses juros fosse reduzida pela metade a sobra para investimentos seria da ordem de 300 bilhões de reais. Essa advertência, como as muitas outras que V. Exa. vem fazendo sempre que surgem oportunidades,

parece não sensibilizar a sociedade o suficiente para rever a atual política monetária. Todavia, se esses alertas fossem acompanhados de dados concretos, sobre como essa dinheirama toda é amealhada e as custas do que, certamente, V. Exa. seria ouvido, como Catão em sua pregação contra Cartago. Um exemplo, entre muitos que V. Exa. pode mandar levantar para sensibilizar a opinião pública, é o desvio de recursos destinados às Forças Armadas; desvio esse que está comprometendo a segurança nacional, como denuncia o Jornal *Estado de Minas*, em editorial intitulado *A força da soberania* (14/6/2007, p. 16), que anexo à presente, pedindo especial atenção para o último parágrafo que trata do *reequipamento militar*. A este respeito tomo a liberdade de encaminhar à V. Exa. os originais de um capítulo de um livro de minha autoria, no momento em análise por algumas editoras com vista a sua publicação, pois acredito que o assunto nele tratado pode subsidiar uma reflexão sobre essa questão estratégica que é a defesa da nação.

Trecho do editorial do Jornal *Estado de Minas* (*A força da Soberania*, 14/6/2007, p. 16), citado nessa carta:

O reequipamento militar é urgente e necessário. Ao assumir recentemente o comando da Marinha brasileira, o almirante Júlio de Moura Neto foi franco e direto: “Faltam-nos recursos para comprar e reformar navios e submarinos”. O orçamento é insuficiente para a tarefa de vigilância marítima, embora se saiba que o governo federal retém cerca de US\$ 2,7 bilhões de royalties do petróleo destinado às forças de mar. Mais grave é que, sem recursos, o Brasil não tem como incrementar seu programa nuclear e atrasa a construção do primeiro submarino nuclear brasileiro, uma peça fundamental para defender a soberania brasileira. As linhas da fronteira do mar são imaginárias. Não temos navios suficientes para vigiar nossas fronteiras marítimas. Principalmente para fazer a defesa das bacias petrolíferas em águas profundas. Já é tempo de discutir a questão militar em termos de Brasil livre e soberano, tanto mais que a Carta Magna de 1988 é a única no mundo que proíbe, como cláusula pétrea, o uso de armas nucleares em guerra. O passado lá foi. É tempo

de o Brasil ser potência militar para se fazer respeitar. Como ocorria no tempo do Império.

A Amazônia Azul

Para enfatizar a importância dessa questão e avaliar o trabalho que a Marinha de Guerra do Brasil tem pela frente, para defender os interesses do País, transcrevemos parte de uma matéria de capa da Revista do CREA-RJ (n. 61, p. 14-15, jul. 2007) intitulada *A Amazônia Azul* (Figura 3):

Para superar a magnitude territorial de nossa Amazônia verde só mesmo o que, por associação às dimensões e riquezas, se convencionou chamar de Amazônia Azul. Esta imensidão azul é justificada pelos números. São 3,6 milhões de km² de território marítimo, o que significa uma costa marítima de cerca de oito mil quilômetros de extensão, um mar territorial de 12 milhas náuticas (cerca de 22 quilômetros) de largura e uma faixa litorânea – também denominada Zona de Econômica Exclusiva (ZEE) – de 200 milhas náuticas (cerca de 370 quilômetros) de largura. Essas medidas foram definidas durante a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), em 1982, que o Brasil integra desde 1994, com mais 147 países. Nela fica ratificado que no Mar Territorial todos os bens econômicos existentes no mar e no subsolo marinho constituem propriedade e área de exploração exclusiva do país ribeirinho. Entretanto, na mesma Convenção ficou resolvido que, quando a plataforma continental de um determinado país ultrapassar as 200 milhas náuticas estabelecidas, é possível estender a sua propriedade econômica até 350 milhas náuticas. E é esta proposta que o Brasil está pleiteando junto à Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2004. Se for aceita, essa nova faixa representará um acréscimo de 911 mil km² às águas jurisdicionais brasileiras, totalizando quase 4,5 milhões de km². Uma área maior que a Amazônia verde e correspondente a mais de 50% da extensão

do território nacional. Para o presidente da Associação de Engenheiros da Petrobrás (AEPET), engenheiro Heitor Pereira, este acréscimo é muito significativo no que diz respeito à produção de petróleo do país. “Dentro da ZEE a nação tem direito exclusivo para a exploração das riquezas vivas e não vivas. Isso significa que os campos de petróleo brasileiro se encontram nessa área, assim como as prováveis riquezas minerais. É necessário, então, para garantir essa prerrogativa, que o Brasil possua capacidade de persuasão para assegurar a nossa soberania”, alerta. Para apresentar o projeto à ONU, foi realizada uma parceria entre a Marinha do Brasil, através da Diretoria de Hidrografia e Navegação, a Petrobrás e algumas universidades brasileiras. Esse esforço coletivo teve como objetivo a realização do projeto de Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC), que consistiu no recolhimento dos dados oceanográficos de toda a margem do continente brasileiro, para estabelecer os limites da plataforma continental. O acréscimo destas milhas náuticas ao território marinho brasileiro significa uma série de vantagens e responsabilidades a mais para o país. Entre elas, as principais são as que dizem respeito às questões econômica, científica, ambiental e de soberania. Em termos econômicos, avançar mar adentro mais 900 quilômetros significa ter ampliada a área para a extração petrolífera, para exploração pesqueira e de minerais marinhos, além do turismo e do transporte marítimo. De acordo com o Comandante da Marinha, almirante-de-esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, a Amazônia Azul é fundamental na estratégia econômica nacional. “Por ela circula cerca de 95% do nosso comércio exterior (importações e exportações). Mas não é só o valor financeiro que conta, pois, em tempos de globalização, vários dos bens que produzimos empregam insumos importados, de sorte que qualquer interferência com o nosso livre trânsito sobre os mares pode nos levar rapidamente ao colapso”, afirma. Cientificamente, a Marinha do Brasil coordena uma Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), composta por representantes de 15 ministérios e instituições responsáveis por uma série de

programas e ações relacionadas ao uso racional das águas brasileiras. Da mesma forma que a Amazônia verde, a Azul apresenta uma riquíssima biodiversidade e, em grande parte, ainda não conhecida. A intenção dos organismos governamentais e não-governamentais é que a exploração econômica e o desenvolvimento tecnológico sejam realizados de maneira equilibrada, garantindo a preservação e a continuidade da vida marinha. Para tanto, é fundamental que a soberania sobre todo este espaço marítimo seja garantida. “Na Amazônia verde as fronteiras que o Brasil faz com seus vizinhos são fisicamente demarcáveis e estão sendo efetivamente ocupadas por pelotões de fronteira e obras de infra-estrutura. Na Amazônia azul, entretanto, os limites das nossas águas jurisdicionais são linhas sobre o mar. Eles não existem fisicamente. O que os define é a presença de navios, mostrando a nossa bandeira e exercendo a soberania”, argumenta o Comandante Guimarães Carvalho.

Mas não é só o Brasil que luta para fazer valer seus direitos sobre parte submersa de seu território – a plataforma continental. A Rússia, uma potência nuclear, investe pesado nessa questão, como informa o Jornal *Estado de Minas* (31/7/2007, p. 20), em matéria intitulada *Russos viajam debaixo das geleiras do Ártico*:

Com dois minisubmarinos, cada um deles tripulado por apenas uma pessoa, a Rússia realizou domingo uma operação inédita, se aventurando a uma profundidade de até 1,3 quilometro sob as geleiras do Mar Ártico, como parte dos preparativos para uma expedição no leito, nunca antes visitado pelo homem. “Esta foi a primeira vez que um submersível foi usado por baixo da camada gelada do Ártico, e o equipamento provou ser capaz disso”, declarou um dos pilotos, Anatoly Segalevich. A equipe busca indícios geológicos que apoiem a reivindicação de que vasta área do leito do mar deve ser considerada parte do território russo. O interesse estaria ligado à suposição de que existem depósitos consideráveis de petróleo, gás natural e outras reservas minerais. A equipe tentará alcançar o leito do Ártico ainda esta semana e fincar uma bandeira da Rússia.

Este ato, todavia, já provoca reações, como informa o *Jornal Estado de Minas* (18/8/2007, Cultura, p. 3):

Enquanto tem analista internacional dizendo que as reservas de petróleo do Pólo Norte podem ser um dos motivos para uma futura guerra mundial, o primeiro-ministro do Canadá, Peter MacKay, fez o mais violento comentário sobre o périplo que um submarino russo andou fazendo por lá, cravando a bandeira russa. Disse MacKay: “A Rússia precisa saber que não estamos no século 15. Ninguém pode sair navegando impunemente pelo mundo, plantando bandeiras e dizendo *estamos reivindicando para nós esse território*. Esse tempo já acabou”.

Como já acabou? E as bandeiras que os norte-americanos estão plantando no Iraque, Afeganistão e Paquistão? Não significam nada? Não é um ato afirmativo de posse do petróleo da região?

Planejamento Estratégico

A Defesa do Atlântico Sul

A defesa do mar territorial brasileiro, e da Zona Econômica Exclusiva adjacente, implica necessariamente na existência de um planejamento estratégico que contemple todo o Atlântico Sul. Para monitorar esse vasto universo, é necessário que o Brasil tenha postos avançados, não só em águas brasileiras, como também no centro do oceano e na costa africana. Para atender a estas exigências, o governo brasileiro deve entrar em entendimento com o Reino Unido para comprar as Ilhas de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, e com o governo de Angola, para adquirir o enclave de Cabinda; ou, alternativamente, compartilhar a posse desses territórios na forma de comodato, onde seus habitantes teriam o direito a dupla cidadania, pois a

**Figura 3:
A AMAZÔNIA AZUL**



brasileira lhes seria concedida para que a soberania dessas nações nesses domínios fosse preservada. Mas, em contrapartida, o Brasil teria direito de participar, em igualdade de condições, da exploração dos recursos naturais e de outros direitos adquiridos.

Este modelo de gestão poderia também ser adotado pela Argentina e pelo Reino Unido, no caso das Ilhas Malvinas/Falkland, trazendo conseqüentemente a paz ao Atlântico Sul Meridional e liberando a Marinha do Brasil para concentrar seus trabalhos de monitoramento entre a Ilha de Tristão da Cunha e o paralelo 10° N. De posse daqueles territórios, o Brasil poderia neles construir bases aeronavais para dar suporte às missões de patrulhamento e garantir a segurança das rotas marítimas e aéreas internacionais. Mas até que esses tratados sejam assinados, a Marinha brasileira deve utilizar uma frota de porta-aviões para cobrir todo o Atlântico Sul, tendo como suporte as bases situadas no continente e outras a serem construídas nas ilhas de Fernando de Noronha e Trindade, que seriam adequadas para esta nova missão.

Além disso, uma base militar brasileira em Cabinda será de extrema utilidade para treinamento das forças armadas dos países africanos e incentivo ao comércio afro-brasileiro nos dois sentidos, além de estimular a cooperação científica e tecnológico entre esses países, particularmente os de língua portuguesa, com destaque para a Angola e Moçambique. Neste dois países, inclusive, o Brasil passaria a investir maciçamente na indústria de mineração, metalurgia e infra-estrutura operacional, com destaque para a construção de uma ferrovia ligando Luanda, em Angola, a Beira, em Moçambique, passando por Lusaka, capital de Zâmbia. Para viabilizar economicamente essa ferrovia, seriam construídas, no litoral de Angola e de Moçambique, termoelétricas à carvão mineral e usinas siderúrgicas; estas voltadas à exportação para os mercados da Europa, Estados Unidos, Índia, China e Japão. Para isso, o Brasil forneceria minério

de ferro; Moçambique, carvão mineral; e outros países africanos, principalmente Zâmbia, insumos básicos para siderurgia.

A Defesa do Espaço Exterior

Mas não é só com questões ligadas ao Tríplice Ecossistema Sul-Americano que o Brasil deve preocupar-se, e ter um plano estratégico para sua defesa; esta deve incluir também o espaço exterior. É neste universo sem fronteiras que a sorte das nações será jogada ao longo do terceiro milênio, como foi no espaço marítimo durante os primeiro e segundo milênios. Para se ter uma idéia do que se trama na atualidade, aqui na terra, com olho no céu, basta atentar para a seguinte notícia publicada pelo *Jornal Estado de Minas* (28/9/2007, p. 23), sob o título *Rússia rejeita armas no espaço*:

“A Rússia fez uma advertência sobre a corrida armamentista espacial, ambição norte-americana e fonte de constantes críticas dos governos chinês e russo. O general Vladimir Popovkin, comandante das Forças Espaciais Russas, declarou que seu país será obrigado a retaliar caso outros países posicionem armas no espaço sideral. [...] ‘Não queremos nos engajar em uma guerra no espaço sideral, não queremos dominar o espaço, mas não permitiremos que nenhum outro país o faça’, advertiu Popovkin. ‘Se algum país posicionar armas no espaço, a regra da guerra é o surgimento de armas de retaliação’. O presidente da Rússia, Vladimir Putin, critica os planos norte-americanos por considerar que tal iniciativa desencadearia uma nova corrida armamentista. Tanto Moscou quanto Pequim pressionam em favor da elaboração de um tratado por meio do qual seja proibida a instalação de armas no espaço, mas propostas nesse sentido são combatidas por Washington. Em janeiro, quando a China testou um míssil anti-satélites, Putin observou que a iniciativa era uma

resposta aos planos americanos de posicionar armas no espaço sideral. Em outubro do ano passado, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, assinou uma ordem administrativa na qual reivindica abertamente o que considera ser o direito americano de posicionar armas no espaço e de se opor à elaboração de tratados e de outros instrumentos jurídicos que restrinjam tal iniciativa. Bush também tem levado adiante um ambicioso plano de defesa antimísseis baseado no espaço e o Pentágono trabalha no desenvolvimento de mísseis, lasers e outras tecnologias capazes de derrubar ou desabilitar satélites. ‘É necessário estabelecer as regras do jogo no espaço’, disse Popovkin, destacando a complexidade das armas espaciais. Segundo o general, um satélite pode falhar por causa de problemas técnicos, mas seu proprietário pode achar que ele foi incapacitado por um inimigo e pode se sentir tentado a retaliar.”

No momento, a prioridade estratégica imediata para o Brasil é investir maciçamente para colocar no espaço satélites multiusos, notadamente para as Forças Armadas, e construir foguetes com potência suficiente para levá-los ao espaço, sem precisar recorrer a outros países, como acontece atualmente. Para médio e longo prazos, o objetivo deve ser o de colocar estações orbitais em torno da Terra e ao redor de outros planetas, e executar viagens espaciais tripuladas à Lua e Marte. Para se ter uma idéia do atraso do Brasil nesse setor estratégico, basta atentar para a seguinte notícia publicada pelo Jornal *Estado de Minas* (6/10/2007, p. 17):

“A Jaxa, agência espacial japonesa, comemorou a entrada bem-sucedida da sonda Kaguya na órbita da Lua. [...] A missão tem como principal objetivo entender melhor a origem e a evolução da Lua com a ajuda de 15 instrumentos de medição. [...] A China planeja lançar uma sonda lunar para tirar fotografias em 3D ainda este ano e a Índia está preparando sua primeira missão não-tripulada à órbita da Lua para 2008. Também no próximo ano, os EUA planejam lançar uma sonda lunar.”

No dia 25/10/2007, esse mesmo jornal publicava a seguinte notícia (p. 20):

“A China mandou para o espaço, ontem, o primeiro satélite de um programa criado com o objetivo de desvendar todos os segredos da Lua. [...] O lançamento do Chang’e é a primeira das três etapas da missão. Na segunda fase, em 2012, um veículo teleguiado deverá pousar no satélite natural da Terra, para exploração de sua superfície e reunião de dados que ajudarão os responsáveis pelo programa a preparar a terceira e última viagem, prevista para 2017, para coleta de amostras de solo e complementação dos estudos. Finalmente, em 2020, correndo tudo bem, um chinês subirá para iniciar a execução de um outro programa, de instalação de uma pequena base lunar.”

A chamada dessa reportagem dizia que “no começo do ano, as potências ocidentais se assustaram com a capacidade dos chineses de destruir satélites no espaço. Agora, o país asiático cria expectativas com seu projeto lunar”.

Para o Brasil, uma empreitada como essa não vai ser fácil, pois existem muitos obstáculos a serem vencidos para que o país alce vôo nesse espaço profundo, como informa o *Jornal Folha de São Paulo*, em matéria intitulada *EUA barram satélite do Brasil com a China* (22/10/2007, p. A14):

“Os Estados Unidos têm imposto restrições ao programa de satélites que o Brasil mantém em parceria com a China. Empresas nacionais que fabricam peças para as naves CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) 3 e 4 têm tido dificuldade para importar peças dos EUA. E, segundo a **Folha** apurou, representantes do governo americano disseram a diretores do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) que não gostariam que o satélite Amazônia-1, de produção 100% nacional, fosse lançado em 2010 a bordo de um foguete chinês. As restrições não são voltadas especificamente contra o Brasil, mas sim contra sua parceira, potência militar e agora também espacial. Os americanos temem transferir à China, através do Brasil,

tecnologias sensíveis, que possam ser usadas em equipamentos militares como mísseis balísticos, satélites-espões e bombas atômicas. Quem acaba sofrendo com isso é o setor de inovação tecnológica no Brasil. Pelo menos duas empresas subcontratadas pelo Inpe para produzir partes do CBERS-3 e do CBERS-4 – a Mectrom, de São José dos Campos, e a Opto, de São Carlos – foram impedidas recentemente de comprar equipamentos norte-americanos. O caso mais grave foi o da Opto, que está montando a câmara do CBERS-3. Neste ano, ela teve de cancelar um contrato de US\$ 45 mil com a IR (International Rectifier), uma firma da Califórnia, porque o componente comprado – um conversor de corrente altamente sensível – não pôde ser embarcado para o Brasil, mesmo depois de pago. ‘O departamento jurídico disse ao nosso contato lá que, se ele exportasse, poderia pegar nove anos de cadeia e multa de US\$ 1 milhão’, disse Mario Stefani, diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Opto. O dinheiro foi devolvido, mas o projeto atrasou em seis meses. [...] Limitações à transferência de tecnologia sensível não são novidade, nem exclusividade dos EUA. Vários acordos internacionais regulam o comércio de produtos de uso dual. No caso americano, o Departamento de Estado faz cumprir uma regulamentação chamada Itar (International Traffic in Arms Regulations), que lista uma série de componentes de exportação restrita e classifica os países em vários graus de proibição, de acordo com seu grau de desenvolvimento tecnológico e suas relações com os EUA. Os objetos controlados vão de colas a chips e softwares. ‘Depois do 11 de setembro, essa lei tem sido aplicada de forma indiscriminada’, afirma Stefani, da Opto. [...] Para contornar a proibição, as firmas brasileiras passaram a recorrer a componentes feitos por empresas européias, que graças à paranóia americana abriram um novo nicho de mercado, o de produtos ‘Itar-free’ (livres do Itar). Outra consequência das limitações é a criação de um verdadeiro mercado negro de itens listados pelo Itar. Muitos são comprados dos EUA por empresas européias – já que os países da Europa têm menos restrições –

e reexportados, à revelia do Tio Sam, para países de eixos diversos, do bem e do mal.”

Diante de um quadro como esse, o Brasil tem de agir de forma inovadora, em todos os sentidos, para abrir seu próprio caminho espacial, com ou sem parceiros, “do bem ou do mal”, se não quiser ficar de boca aberta, e de queixo caído, maravilhando-se com o foguetório alheio. Nesse jogo estratégico, **precisamos estar atentos para que não sejamos como os Sapos Fervidos.**

A Síndrome do Sapo Fervido

(Revista Tecnologia e Treinamento, n. 31, p. 45)

Vários estudos biológicos provaram que um sapo colocado num recipiente com a mesma água de sua lagoa fica estático durante todo o tempo em que aquecemos a água, até que ela ferva. O sapo não reage ao gradual aumento da temperatura (mudanças do ambiente) e morre quando a água ferve. Inchadinho e feliz. No entanto, outro sapo, jogado nesse mesmo recipiente já com água fervendo, salta imediatamente para fora, meio chamuscado, porém, vivo!

Existem pessoas que têm comportamento similar ao do SAPO FERVIDO. Não percebem as mudanças, acham que está tudo bem, que vai passar, que é só dar um tempo... e, muitas vezes, fazem um grande estrago em si mesmas, “morrendo” inchadinhas e felizes, sem, ao menos, ter percebido as mudanças. Outras, ao serem confrontadas com as transformações, pulam, saltam, em ações para implementar as mudanças necessárias. Encorajam-se diante dos desafios, buscam a melhor saída para a solução dos problemas, tomam atitudes.

Há muitos “sapos fervidos” que não percebem a constante mudança do ambiente a sua volta e se acomodam, à espera de que alguém resolva tudo por eles; esquecem-se de que mudar é

preciso, principalmente se essa mudança beneficia toda uma coletividade. Essa teoria se encaixa em todas as situações de nossa vida: pessoal, afetiva e profissional.

Devemos ter a consciência de que, além de sermos eficientes (fazer certo as coisas), precisamos ser eficazes (fazer as coisas certas), criando espaços para o diálogo, o compartilhamento, o planejamento, o espírito de equipe, delegando, sabendo ouvir, favorecendo o nosso próprio crescimento e o daqueles com quem convivemos, seja na família, no trabalho ou na comunidade em geral.

O desafio maior, nesse mundo de mudanças constantes, está na humildade de atuar de forma coletiva. Precisamos estar atentos para que não sejamos como os Sapos Fervidos. Pulemos fora, antes que a água ferva. O mundo precisa de nós, meio chamuscados, mas vivos, abertos pra mudanças e prontos para agir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulinas, 1981.
- BARTH, Flávio Terra e al. *Modelos para gerenciamento de recursos hídricos*. São Paulo: Nobel: ABRH, 1987.
- BARTILLAC, René. *As Profecias – São Malaquias, Nostradamus e o fim do mundo*. São Paulo: Planeta, 2005.
- BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB, 2001.
- BUENO, Eduardo. *Viagem do descobrimento – A verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história*. São Paulo: Ática, 2002.
- COUTO, João Gilberto Parenti. *Projeto Brasil – O resgate da dívida social e a situação do negro do Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2000.
- COUTO, João Gilberto Parenti. *Decifrando um enigma chamado Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.
- COUTO, João Gilberto Parenti. *A Ferrovia de Dom Bosco – A viga mestra da comunidade sul-americana de nações*. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- FONTBRUNE, Jean Charles de. *Nostradamus: Historiador e Profeta*: Nova Fronteira, 1982.
- GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Planeta, 2007.
- TUFANO, Douglas. *A carta de Pero Vaz de Caminha – Comentários e notas de*. São Paulo: Moderna, 1999.

O AUTOR

João Gilberto Parenti Couto nasceu em Pedrão, município de Maria da Fé-MG, em 1º de maio de 1937. Geólogo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), turma de 1971, executou trabalhos de mapeamento geológico básico nos estados de Mato Grosso e Minas Gerais para a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e de prospecção mineral, no Estado de Minas Gerais, para a empresa Metais de Minas Gerais S/A (METAMIG) e sua sucessora, a Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG). Viajou pela África do Sul e Zâmbia a fim de estabelecer critérios litoestratigráficos e metalogenéticos de comparação Brasil-África. Coursou o *Centre d'Enseignement Supérieur en Exploration e Valorisation de Ressources Minerales* (CESEV), em Nancy-França. Exerceu o cargo de Diretor de Geologia e Recursos Minerais na Secretaria de Estado de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos de Minas Gerais (SEME). Atuou como representante da SEME na Comissão Técnica Intergovernamental encarregada de elaborar a proposta de zoneamento ecológico-econômico e o sistema de gestão colegiado da Área de Proteção Ambiental Sul – Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA-SUL-RMBH). Possui trabalhos apresentados em congressos e simpósios de geologia, artigos publicados em revistas especializadas e tese defendida no exterior. Fora do campo da geologia, publicou pela Mazza Edições, de Belo Horizonte-MG, os livros: *Projeto Brasil* (duas edições – 1996/2000); *Os 7 Pecados da Capital* (2003); *A Revolução que Vargas não Fez* (2004); *Brasil país do presente – O futuro chegou* (2004); *Operação Senzala* (2004); *Acorda, Brasil* (2004); *Decifrando um enigma chamado Brasil* (duas edições-2005); e *A Ferrovia de Dom Bosco – A viga mestra da comunidade sul-americana de nações* (duas edições-2006/2007).

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/br/>
Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

Este livro foi composto em tipografia
Garamond e impresso em papel
Offset 70g/m² (miolo) e
Art Premium 250g/m² (capa).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)